

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 019

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 21 DE MARÇO DE 2000

ANO XXVI

## Mesa Diretora

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Líder do Governo .....	Valdir Rossoni
Líder Oposição .....	Irineu Colombo
PTB.....	Ademar Traiano
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PMDB.....	Nereu Moura
PPB.....	Tony Garcia
PT.....	Ângelo Vanhoni
PDT.....	Edgar Bueno
PSDB.....	Antonio Carlos Baratter
PSB.....	Ricardo Maia
PSL.....	Edno Guimarães
PST.....	Divanir Braz Palma

## Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Serafina Carrilho - Sérgio Spada (licenciado); PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Edno Guimarães; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSC 01: Miltinho Puppio.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 015ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
21 DE MARÇO DE 2000**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Luiz Carlos Zuk.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagem:**

MENSAGEM Nº 005/2000

Curitiba, em 15.03.2000.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que visa aprovação de abertura de crédito especial no valor de R\$315.734,00 (trezentos e quinze mil, setecentos e trinta e quatro reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, aprovado pela Lei Estadual nº 12.825, de 28 de dezembro de 1999, visando a abertura do Grupo de Despesa - Investimentos - visando atender despesas com a execução de convênio com a União, cujo Programa de Trabalho para o exercício de 2000, prevê o repasse de recursos ao Tesouro do Estado, para utilização em Despesas de Capital, da atividade "Manutenção Seguro Desemprego", o que não vinha ocorrendo nos exercícios anteriores, destinados à aquisição de mobiliário, acervo bibliográfico, veículos e equipamentos de comunicação, de escritório e de informática.

Esclareço também que os recursos para cobertura do referido crédito são decorrentes de cancelamento de dotação de Despesas Correntes, da mesma atividade orçamentária.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º - Fica aberto um crédito especial ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 12.825, de 28 de dezembro de 1999, no valor de R\$315.734,00 (trezentos e quinze mil, setecentos e trinta e quatro reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO  
DE DESPESA

## ANEXO I

FL. 01  
R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	LDR	VALOR	N. DO PROC. COP.
5500	Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho					
5502	Diretoria Geral					
2301	Manutenção Seguro Desemprego	4490.52	07	L	315.734	0182
TOTAL					315.734	

CANCELAMENTO  
DE DESPESA

## ANEXO II

FL. 01  
R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA OPERAÇÃO	FONTE	LDR	VALOR	N. DO PROC. COP.
5500	Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho					
5502	Diretoria Geral					
2301	Manutenção Seguro Desemprego	3390.46	07	L	315.734	0182
TOTAL					315.734	

ACRÉSCIMO  
RECEITA CENTRALIZADA

## ANEXO III

FL.02  
R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROCESSO
2462.01.00	Transferências de Convênios com Órgãos Federais	07	315.734	0182
TOTAL			315.734	

REDUÇÃO  
RECEITA CENTRALIZADA

## ANEXO IV

FL.02  
R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR	PROCESSO
1762.01.00	Transferências de Convênios com Órgãos Federais	07	315.734	0182
TOTAL			315.734	

## À Diretoria Legislativa.

### Ofícios:

Sob nº 801/2000, da senhora Carmem Lúcia Miranda Silveira - chefe da Ucecon/DA, comunicando Convênio nº 172/96, firmado entre a Funasa e a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, tendo como objetivo o fortalecimento da Unidade Química e Toxicológica no Lacen. **Ao conhecimento da Casa.**

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO Nº 322

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 076/2000, relativo à Mensagem Governamental nº 005/2000, que dispõe sobre a abertura de crédito especial junto ao orçamento da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, visando atender despesas com a execução de convênio com a União.

Sala das Sessões, em 21.03.2000

(a) VALDIR ROSSONI

#### REQUERIMENTO Nº 331

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, REQUER, após ouvido o douto Plenário, prorrogação por 45 (quarenta e cinco dias), do prazo de atuação da Comissão Especial de Investigação, de modo a possibilitar a conclusão satisfatória do trabalho a que se propõe.

Sala das Sessões, em 21.03.2000

(a) VALDIR ROSSONI

#### REQUERIMENTO Nº 327

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições parlamentares e conforme dispõe a Constituição Estadual (artigo 62, § 3º) e o Regimento Interno desta Casa de Leis (artigos 34 a 37, com seus incisos e parágrafos), REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), constituída de 7 (sete) membros e com prazo de duração de 120 (cento e vinte) dias, para investigar e apurar fatos pertinentes ao narcotráfico e ao crime organizado no Estado do Paraná, assuntos de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social, especialmente diante da gravidade das denúncias levantadas pela CPI da Câmara dos Deputados, em sua recente passagem por Curitiba.

Sala das Sessões, em 21.03.2000.

(aa) EDGAR BUENO, IRINEU COLOMBO, ÂNGELO VANHONI, NEREU MOURA, WALDYR PUGLIESI, HERMES FONSECA, EDSON STRAPASSON, LUIZ CARLOS ZUK, ORLANDO PESSUTI, JOSÉ MARIA FERREIRA, PÉRICLES MELLO, ANTONIO ANNIBELLI, CAÍTO QUINTANA, ADEMIR BIER, BERALDIN, BETO RICHA E AUGUSTINHO ZUCCHI

#### REQUERIMENTO Nº 318

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar para a família do senhor José Onécio Garcia, falecido neste dia 18 de março, no município de São Tomé.

Sala das Sessões, em 21.03.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 320

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao senhor Ágide Meneguette e demais membros empossados na Diretoria da FAEP, para o triênio 2000/2003.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos homenageados, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Marechal Deodoro, 450 - 14º andar, CEP 80010-910, Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 21.03.2000.

(aa) ORLANDO PESSUTI  
HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO Nº 324

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao novo Conselho Municipal de Assistência Social do município de Pinhais (Prefeitura Municipal de Pinhais) que tomou posse.

Sala das Sessões, em 21.03.2000.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

Tomou posse o novo Conselho Municipal de Assistência Social do município de Pinhais. O Conselho, que trabalha junto com a Secretaria de Ação Social, Trabalho e Habitação, atuando nas políticas sociais e fiscalizando as necessidades das comunidades nas áreas da criança e do adolescente, terceira idade, portadores de deficiência e geração de emprego e renda vem realizando um excelente trabalho naquele município.

A nova Presidência do CMAS ficou assim composta:

Presidente	Rosana Saad Weinhardt
vice-presidente	Janete de Azevedo dos Santos
1ª secretaria	Sinara Berner Lischka
2º secretário	Mauro Pereira Benevides

#### Conselheiros Governamentais

conselheiro	Mario Luiz do Amaral Santos
suplente	André Luiz C. De Albuquerque
conselheiro	Leony Raimundo de Menezes
suplente	Adulce Catitas de Souza
conselheira	Maria Aparecida M. dos Santos
suplente	Angelita Lombarde Divino
conselheiro	Marcos Surugi de Siqueira
suplente	Andrea Izabel Kramiski
conselheira	Angela Bárbara Martins
suplente	Rosângela J. Da Rosa
conselheiro	Wilson Henrique Baad
suplente	Marcus Vinícius Senegagna Jorge
conselheiro	Carlos Pinto de Oliveira
suplente	Antonia Gomes Borges
conselheiro	Renato Cunha
suplente	Luiz Carlos Gouveia
conselheira	Sonia Baxuk Ciriaco

#### Não Governamentais

suplente	José Souza e Silva
conselheira	Alexandra dos Santos
suplente	Valdemar Alves da Silva
conselheiro	Caludemiro Ribeiro
suplente	João Ribeiro dos Santos
conselheira	Cléia das Graças Teixeira
suplente	Sandra Marisa Fiuza Taborda
suplente	José Francisco de Almeida
suplente	Maria Valdete Leite de Campos
suplente	Maria Aparecida Machado dos Santos

A todos os membros do novo Conselho empossado, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 325

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Central de Atendimento do TRE/PR - Tribunal Regional Eleitoral, pela conquista do prêmio ISO 9002.

Sala das Sessões, em 21.03.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Central de Atendimento do Tribunal Regional Eleitoral - TRE/PR acaba de obter uma conquista inédita no país: é a primeira instituição do Poder Judiciário a receber o certificado Qualidade ISO 9002.

A Central recebeu o título, concedido pela agilidade e padronização no atendimento ao eleitor - da BVQI do Brasil Sociedade Certificadora que, a partir de agora, vai fazer auditorias periódicas para acompanhar o serviço desenvolvido pelo órgão da Justiça Eleitoral do Estado.

Pela importante conquista, receba a Central de Atendimento do TRE/PR, através do presidente do Tribunal Regional Eleitoral - desembargador Altair Patitucci, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 326

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao senhor Ney Leprevost - secretário de estado do Esporte e Turismo do Estado do Paraná, pelas atividades desenvolvidas por aquela pasta, constantes do balanço de 1999.

Sala das Sessões, em 21.03.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Secretaria de Estado do Esporte e Turismo - Setur, desenvolveu ao longo do ano de 1999, diversas atividades que elevaram o nome do nosso Estado no esporte. Os resultados alcançados constam do relatório a este anexado, denominado Balanço de 1999.

Trabalho, dedicação e seriedade, foram uma constante marca impressa pelo secretário Ney Leprevost na moderna e criativa administração daquela Secretaria de Estado. O exercício de 1999 foi fechado com chave de outro. A Setur é reconhecidamente uma das Secretarias deste governo que ultrapassou suas metas.

Na área de esportes, podemos citar o "Piá Bom de Bola", que contou com a adesão de 202 municípios paranaenses. Destacamos ainda, a implantação do Centro de Excelência do Basquete que não só rendeu títulos para o

nosso Estado, mas também se transformou em modelo para a realização de novos projetos de vulto no País.

Na área de turismo, não podemos deixar de citar a realização do Congresso da ABAV em Curitiba, que reuniu cerca de 18.000 pessoas de 60 países. O lançamento do “Calendário Oficial de Eventos Turísticos” e o “Guia de Hospedagem Alternativa” que destaca mais de 100 pousadas e hotéis fazenda nas mais variadas regiões do Estado, foram dois marcos dos mais importantes daquela pasta, entre tantos outros.

Pela brilhante condução dos trabalhos da Setur, receba o secretário Ney Leprevost e sua equipe, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 329

Senhor Presidente.

O deputado estadual abaixo subscrito, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, o envio de congratulações desse Poder Legislativo, ao prefeito municipal de Pato Bragado, senhor Verno Scherer, como também, ao presidente da Câmara, senhor Elio Seibert e ao presidente da Comissão Organizadora da 12ª Festa Nacional do Cupim Assado de Pato Bragado, senhor Delmar Fincke pelo elevado exemplo de organização e grande competência na condução das festividades realizadas no domingo dia 19 de março de 2000.

É preciso manifestar, mais uma vez, através desse Poder, como já fez no ano passado, o reconhecimento e aplauso incontinenti, pela realização do evento, que em razão do aconchego oferecido pelos organizadores, culminou e transformou-se num sucesso indiscutível, incontestável e sem questionamentos pelos presentes.

Do aprovado, roga o requerente que seja dada ciência ao senhor Delmar Fincke presidente da Comissão Organizadora, ao prefeito e ao presidente da Câmara Municipal - 85948-000.

Sala das Sessões, em 21.03.2000.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 331-A

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao jornal Gazeta do Povo, pela premiação com o “troféu Ouro no Mérito Lojista 99”.

Sala das Sessões, em 21.03.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O jornal Gazeta do Povo, recebeu dia 13 de março deste mês, em São Paulo, o mais importante prêmio do comércio varejista Nacional - o troféu Ouro “Mérito Lojista”, concedido pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL). O prêmio, representado pela Deusa da Fortuna, em ouro, é resultado da votação direta dos próprios empresários em todo o Brasil, que indicam

quais as empresas mais representativas em cada setor, como parceiras do desenvolvimento econômico.

A solenidade de caráter nacional, reuniu um seleto grupo de 132 empresas de todo o país que receberam o mesmo prêmio, considerado um “Oscar” do comércio varejista brasileiro. Na área de imprensa este prêmio só foi conferido à Revista Veja e ao jornal Correio Braziliense.

A premiação da CNDL, criada em 1980 está em sua 20ª Edição e sua criação ampliou as relações entre o comércio e seus fornecedores ao eleger os melhores parceiros de cada setor, através de uma pesquisa envolvendo milhares de lojistas de todo o país. Ela investiga e reconhece a qualidade do trabalho e a preocupação de empresas que se destacam nos segmentos de comunicação, serviços, calçados, utilidades domésticas, eletro-eletrônicos, beleza e higiene pessoal, informática e outros.

Pela importante e merecida premiação, receba o jornal Gazeta do Povo, através de seu diretor, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 321

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro de votos de louvor e congratulações pela passagem do 25º aniversário de fundação do jornal O Regional, na pessoa de seu diretor jornalista Ademir Brito dos Santos.

Requer ainda o envio desta homenagem da Assembléia Legislativa do Paraná ao jornal O Regional, que tem o endereço à Avenida Tupãssi, nº 1765 - CEP: 85935-000 - Assis Chateaubriand - Paraná.

Sala das Sessões, em 21.03.2000.

(a) DUÍLO GENARI

JUSTIFICATIVA:

O jornal O Regional, sob o competente e dinâmico comando do jornalista Ademir Brito dos Santos, trilhou e vem seguindo um caminho marcado pelo sucesso.

Desde 09 de março de 1975 já uma longa existência de 25 anos portanto sempre respaldado por sua extraordinária credibilidade e exemplo de profissionalismo vem realizando um brilhante e reconhecido trabalho, com muita dedicação e entusiasmo auxiliando no esclarecimento da população e na defesa dos interesses da região do Médio-Oeste e de nosso Estado, registrando os atos e fatos que fazem a história de sua gente.

Jornal O Regional, jornalista Ademir Brito dos Santos e todos os profissionais e funcionários recebam a nossa homenagem, a homenagem da Assembléia Legislativa do Paraná.

Parabéns, vocês são motivo de orgulho de todos os paranaenses pela dedicação e o trabalho que tanto engrandece a Região Oeste e o nosso Estado.

#### REQUERIMENTO Nº 328

Senhor Presidente.

O deputado estadual que firma este requerimento usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a aprovação do Plenário, que seja consignado na ata da sessão de hoje, os cumprimentos e o reconhecimento deste Poder Legislativo à Souza Cruz pela ampliação e modernização da unidade industrial de Rio Negro, neste Estado.

Sala das Sessões, em 21.03.2000.

(a) ELIO RUSCH

#### JUSTIFICATIVA:

É mister que as instituições públicas e não menos a sociedade reconheçam o valor do crescimento e da modernização da iniciativa privada. Como vertente de geração de renda, de empregos e, sobretudo, pela sua grande função social, a iniciativa privada é merecedora da atenção redobrada do poder público e aplaudida pelos resultados alcançados, já que estes em seu conjunto sempre beneficiam a coletividade.

A ampliação e a modernização da unidade industrial da Souza Cruz, instalada na cidade de Rio Negro, inaugurada na última sexta-feira, é um dos muitos resultados altamente positivos da política transformadora encetada pelo governo Lerner. Uma ação governamental inovadora, que estabeleceu mecanismos e incentivos para a expansão da atividade econômica do Estado, visando com isso a colocação do Paraná na vanguarda industrial do País.

Com investimentos disponibilizados dentro do programa de apoio ao investimento produtivo - Paraná mais Empregos a Souza Cruz, como participe do progresso paranaense, ampliou a sua estrutura física em mais de 4.500 metro quadrados, totalizando na unidade de Rio Negro uma área coberta de 56 mil metros quadrados.

Este investimento possibilitou para a Souza Cruz, a modernização tecnológica na área de enfiamento e embalagem de fumo, ao tempo, que abriu espaço para a geração de mais empregos, fator preponderante e de elevada importância social, sem referir-se a expansão da atividade produtora no campo.

Revela notar, nessa justificativa, que a Souza Cruz que está presente na comunidade paranaense desde 1960, é atualmente uma das maiores empresas tributárias do Estado, que 1999 recolheu: R\$62,900 milhões de ICM's Empresa, R\$6,500 milhões de ICM's Varejista e R\$84,700 milhões de IPI. Números que por si só expressam a importância inegável dessa empresa para o Paraná.

Impõem-se aqui, reconhecer na diretoria da Souza Cruz o feliz discernimento de escolher a unidade Rio Negro para esses novos investimentos, quando poderia optar em fazê-los em outra unidade. Sem dúvida, transparece nessa escolha, a aposta da empresa no Paraná.

É notório na consecução desse investimento da Souza Cruz em Rio Negro, a presença da visão empreendedora e de determinação do prefeito municipal, Ary Siqueira, homem de vontade férrea e dedicado ao crescimento do seu município, ao empenhar-se com todo vigor na realização desse investimento. Justificando assim, os cumprimentos e as felicitações deste Poder à sua pessoa pela conquista alcançada.

Diante do posto, o deputado requerente solicita o voto unânime dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

Caso aprovado o que se pleiteia, é requerido ainda que seja dado ciência do mesmo ao senhor Ricardo Kazanski Fonseca, gerente de operações industriais da Souza Cruz e ao senhor Ary Siqueira, prefeito municipal de Rio Negro nos endereços: Rua General Plínio Tourinho 3200 - Bairro Bom Jesus e Praça João Pessoa 8 - Rio Negro - Paraná - 83880-000, respectivamente.

#### REQUERIMENTO Nº 330

Senhor Presidente.

O deputado estadual abaixo subscreve este requerimento, usando de suas prerrogativas regimentais REQUER respeitosamente, a inserção nos anais da sessão plenária de hoje, das felicitações dessa Casa Legislativa ao ilustre vereador Gilberto de Souza, da cidade de Corbélia, pela posse como presidente da Associação das Câmaras Municipais do Oeste do Paraná, juntando aos cumprimentos citados, os augúrios de um feliz mandato na condução da Acamop. Uma certeza que se confirma antecipadamente, ao conhecer-se a dinâmica e a visão empreendedora desse novo presidente, tão bem escolhido pelos seus Pares.

Caso aprovado a presente matéria, o requerente solicita que seja dado ciência ao senhor Gilberto de Souza, junto à Câmara Municipal de Corbélia CEP: 84420-000.

Sala das Sessões, em 21.03.2000.

(a) ELIO RUSCH

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI Nº 078/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Torna-se obrigatório o ensino das disciplinas Inglês e ou Espanhol nos períodos de 6ª a 8ª séries das Escolas Públicas do Estado do Paraná.

Art. 2º - Este lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.03.2000.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### JUSTIFICATIVA:

Apresentamos o presente projeto de lei para ser submetido à apreciação do douto Plenário, cujo teor institui a obrigatoriedade do ensino das disciplinas Inglês e ou Espanhol, nos períodos de 6ª a 8ª séries nas Escolas Públicas do Estado do Paraná.

O Estado do Paraná é porta de entrada do Mercosul e diante das oportunidades de empregos que de ora em diante venham a surgir em nosso território, nada mais justo que nossos alunos tenham conhecimento de no mín-

imo duas línguas estrangeiras para que possam disputar um mercado competitivo de trabalho.

Contamos com o apoio dos nobres Pares na aprovação desta proposta.

#### PROJETO DE LEI Nº 079/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tapejara, com sede e foro no Município de Tapejara.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.03.2000.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tapejara, entidade filantrópica e sem fins lucrativos, tem por finalidade integrar a família dos assistidos da instituição, promovendo medidas de âmbito municipal que visem assegurar o ajustamento e o bem estar dos excepcionais.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

#### PROJETO DE LEI Nº 080/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica acrescido alínea "a" ao inciso I do artigo 11 da Lei nº 11.280 de 26 de dezembro de 1.995, com a seguinte redação:

"Art. 11 - .....

a) serão acrescidos juros de mora à falta de pagamento de qualquer parcela, sem contudo, implicar na perda do parcelamento."

Art. 2º - Fica acrescido inciso II à Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1.995, com a seguinte redação:

"Art. 11 - .....

I - .....

II - Os proprietários de veículos, adquiridos a partir de 1º de janeiro de 2.000, poderão pagar o IPVA em até 04 (quatro) parcelas iguais, mensais e consecutivas, sendo que a 1ª no mês seguinte da compra do veículo."

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.03.2000.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### JUSTIFICATIVA:

A presente propositura de lei se faz necessária em obediência ao Princípio da Isonomia, respaldado tanto na Constituição Federal como na Estadual.

Se a Magna Carta aufere que todos são iguais perante a lei, não pode a Instrução nº 010/99 da Secretaria de Estado da Fazenda aleijar o contribuinte desta prerrogativa constitucional.

A Lei nº 11.280/95 em seu bojo não faz qualquer distinção entre proprietários de veículos novos e os de veículos usados no tocante ao pagamento parcelado do imposto. Já a instrução acima citada exige dos proprietários de veículos adquiridos a partir de 2000 o pagamento em cota única, no prazo de 30 dias e faculta aos contribuintes de carros adquiridos em anos anteriores a 2000 o parcelamento do pagamento, fazendo clara discriminação entre os contribuintes.

Que a lei nº 11.280/95 seja realmente isonômica para todos, facultando aos proprietários de veículos do próximo ano, possam em igual grau de tratamento, parcelarem o pagamento do IPVA.

Assim sendo, esperamos o apoio na aprovação deste projeto de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 081/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, no âmbito da Secretaria do Estado da Cultura, o Conselho de Turismo e Prevenção do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural da região dos Campos Gerais.

§ 1º - Considera-se região dos Campos Gerais o espaço geográfico do Estado do Paraná situado no segundo planalto e delimitado pela vegetação de campo limpos e campos de cerrado, que para os efeitos desta lei compreende os municípios de Imbituva, Teixeira Soares, Lapa, Arapoti, Sengés e os municípios pertencentes à Associação dos Municípios dos Campos Gerais (AMCG), a saber, Carambeí, Castro, Imbaú, Ipiranga, Ivaí, Jaguariaíva, Ortigueira, Palmeira, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Porto Amazonas, Reserva, Telêmaco Borba, Tibagi e Ventania.

§ 2º - Considera-se patrimônio histórico, artístico e natural o que dispõe a Lei Estadual nº 1211, de 16 de setembro de 1953, artigo 1º: "constitui o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado do Paraná o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no Estado e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Paraná, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico, assim como os monumentos naturais, os sítios e paisagens que importa conservar e proteger pela feição notável ou que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana."

Art. 2º - O Conselho será composto pelos seguintes membros:

I - o curador do Patrimônio Natural da Secretaria de Estado da Cultura;

II - o superintendente Regional de Ponta Grossa da Secretaria de Estado do Meio Ambiente;

III - o diretor de Biodiversidades do Instituto Ambiental do Paraná;

IV - o chefe do Núcleo Regional de Ponta Grossa da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento;

V - representante da Universidade Estadual de Ponta Grossa;

VI - o presidente da Associação dos Municípios dos Campos Gerais (AMCG), mais representante do município da Lapa;

VII - representante técnico indicado pela Associação dos Municípios dos Campos Gerais (AMCG);

VIII - representante técnico indicado pela Associação dos Municípios do Norte Pioneiro (AMUNORPI);

IX - representante técnico indicado pela Associação dos Municípios do Centro-Sul do Estado do Paraná (AMCESPAR);

X - representante de Organização não Governamental (ONG) com reconhecida ação ambiental na região;

XI - representante de Organização não Governamental (ONG) com reconhecida ação na área da cultura da região;

XII - representante de entidade de trabalhadores rurais;

XIII - representante de entidade de proprietários rurais;

XIV - representante da rede hoteleira, agências de viagens e guias de turismo com atuação regional.

§ 1º - Os membros mencionados nos incisos I a IV são natos, sendo os demais designados pelas respectivas entidades a que pertençam.

§ 2º - O mandato dos membros dos incisos V a XIV será de dois anos.

§ 3º - A indicação dos membros e respectivos suplentes pelas entidades representadas no Conselho, deverá ser acompanhada de cópia de ata da reunião realizada com esta finalidade.

§ 4º - A presidência do Conselho será exercida pelo Curador do Patrimônio Natural da Secretaria de Estado da Cultura.

§ 5º - Os demais cargos executivos, bem como suas atribuições, periodicamente das reuniões, entre outros, são regulamentados por Regime Interno, aprovado pela maioria dos membros deste Conselho.

Art. 3º - O Conselho contará com uma Secretaria Executiva lotada na Secretaria de Estado da Cultura.

Art. 4º - São atribuições deste Conselho:

a) opinar sobre políticas, programas, projetos e atividades referentes ao patrimônio histórico e artístico

da região dos Campos Gerais, bem como acompanhar sua execução;

b) propor medidas que contribuam para a integração de articulação com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais, públicas ou privadas, pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, sob coordenação das iniciativas na sua área de atuação;

c) assessorar a Administração Estadual, as representações do Poder Público Estadual e as administrações municipais da região no planejamento das ações de preservação e conservação do patrimônio histórico, artístico e natural dos Campos Gerais;

d) assessorar a Administração Estadual, as representações do Poder Público Estadual e as administrações municipais da região dos Campos Gerais no cumprimento dos princípios legais referentes ao uso e manejo dos recursos naturais, à preservação e controle da poluição de origens diversas e a proteção de áreas de interesse especial do patrimônio Histórico, Artístico e Natural, definidos em lei federal, estadual e municipal;

e) colaborar junto com o Poder Público no desenvolvimento dos atos legislativos e regulamentares concernentes a conservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural da região dos Campos Gerais, bem como promover estudos de problemas específicos relacionados ao desenvolvimento econômico regional;

f) opinar sobre aquisição de bens, inclusive desapropriação no interesse do patrimônio histórico, artístico e natural da região dos Campos Gerais;

g) aprovar a adoção de medidas que valorizem o patrimônio histórico, artístico e natural da região;

h) propor modificações e aperfeiçoamentos na legislação, de acordo com estudos encaminhados por instituições de caráter técnico ou científico;

i) cooperar tecnicamente com os municípios da região na elaboração de planos, estudos e projetos voltados ao desenvolvimento e a gestão sustentável dos recursos naturais, incluindo atividades agrícolas, pecuária, exploração florestal, turismo ecológico e conservação da natureza;

j) emitir ou solicitar às instituições competentes pareceres sobre o manejo atual dos recursos naturais e de compatibilidade de projetos a serem desenvolvidos nas áreas consideradas expressivas nos Campos Gerais;

l) fiscalizar o cumprimento das disposições legais pertinentes às atividades de uso e manejo dos recursos na região.

m) propor convênios com instituições para estudo de problemas referentes à conservação e preservação do patrimônio histórico, artístico e natural da região dos Campos Gerais.

n) emitir parecer sobre tombamento e destombamento de bens e áreas da região dos Campos Gerais;

o) aprovar e acompanhar o uso dos recursos do Fundo para Preservação e Conservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural da Região dos Campos

Gerais, de que trata o artigo 5º da presente lei, indicando prioridade de aplicação.

p) gerir o Fundo para Preservação e Conservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural da Região dos Campos Gerais, de que trata o artigo 5º da presente lei, decidindo sobre sua aplicação e exercendo a sua fiscalização.

Art. 5º - O Poder Executivo fica autorizado a criar o Fundo para Preservação e Conservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural da Região dos Campos Gerais.

§ 1º - O Fundo para Preservação e Conservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural da Região dos Campos Gerais será constituído de:

- a) dotações orçamentárias do Estado;
- b) recursos do ICMS Ecológico;
- c) captação de recursos junto ao Governo Federal ou proveniente de convênios ou acordos;
- d) resultado financeiro de suas operações de crédito;
- e) doações;
- f) outras rendas, bens e valores.

§ 2º - A gestão financeira do Fundo para Preservação e Conservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural da Região dos Campos Gerais será feita pelo próprio Conselho.

§ 3º - O Fundo para Preservação e Conservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural da Região dos Campos Gerais será utilizado integralmente para a execução de programas e projetos que visem ações de preservação e conservação do patrimônio Histórico, Artístico e Natural da região dos Campos Gerais.

§ 4º - O Poder Executivo fica autorizado a realizar convênios com outras esferas administrativas para cumprir os propósitos da presente lei.

§ 5º - O Poder Executivo fica autorizado a abrir crédito especial de R\$300.000,00 no Orçamento do Estado para constituir o Fundo para Preservação e Conservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural da Região dos Campos Gerais, indicando como recursos quaisquer das formas previstas no artigo 43, § 1º da Lei Federal nº 4320 de 17/03/64.

Art. 6º - O Poder Executivo deverá, fundamentado em levantamento técnico e científico, especificar o zoneamento agro-ecológico e econômico da região e definindo áreas prioritárias para preservação e conservação.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.03.2000.

(a) PÉRICLES MELLO

Apoioamento:

Ricardo Chab, Nereu Moura, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Ademar Traiano, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Martins, Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Beraldin, Basílio Zanusso, Albanor Gomes, Antonio Baratter, Fernando Ribas Carlo, Irineu Colombo, Luiz Fernandes Silva Litro, Hermes Fonseca, Cezar Silvestri, Edgar Bueno, Ângelo Vanhoni, Nelson Garcia, Waldyr Pugliesi, Tiago de Amorim Novaes, Serafina Carrilho, Miltinho Pupprio, Renato Gaúcho e Pastor Edson Praczyck.

JUSTIFICATIVA:

A região dos Campos Gerais possui um patrimônio histórico, artístico e natural muito rico. As cavernas, florestas, campos, rios, cachoeiras, os parques estaduais de Vila Velha e Guartelá, Gruta do Monge, Cerrado, entre outras, são locais que marcam a região, tornando-a portadora de um patrimônio natural de grande significado para o Estado do Paraná. Da mesma forma, a região possui um legado histórico, artístico e arqueológico que enriquece o conjunto do patrimônio cultural do Estado, representado por museus temáticos (Museu do Tropeiro, do Diamante), pinturas rupestres, edifícios históricos (Teatro da Lapa, Estação Saudade, Colégio Estadual Regente Feijó).

Este conjunto torna um espaço privilegiado para o turismo e obrigatório para a aplicação de políticas de preservação do patrimônio cultural e natural. A preocupação central, que moveu a elaboração do presente Projeto, é a criação de mecanismos que possibilitem a implantação de políticas voltadas, ao mesmo tempo, para o turismo e para a preservação do patrimônio histórico, artístico e natural da região dos Campos Gerais.

Entendemos que o conjunto do patrimônio cultural tem seu significado como elemento do processo de constituição da memória coletiva de uma sociedade, como expressão das diversidades, que identificam uma cultura específica. Assim, um dos objetivos deste projeto de lei é construir instrumentos que possibilitem resguardar o passado e assegurar a memória histórica coletiva de nossa população, de forma a garantir às sucessivas gerações o conhecimento e os meios para a apreensão das manifestações culturais de um dado momento de nossa história.

Também é nosso objetivo possibilitar a implementação de ações visando o desenvolvimento do turismo na região. Entendemos que este rico patrimônio que se situa na região dos Campos Gerais deve, ao mesmo tempo, ser preservado, conservado, com políticas próprias, mas também, deve ser explorado em seu aspecto turístico, ressaltando seu aspecto cultural e histórico, tendo em vista que à medida que o indivíduo percebe suas origens, ele consegue perceber melhor o futuro, desenhá-lo, compará-lo, melhorá-lo.

É fundamental, também, que as ações do Poder Público visando a preservação e conservação do pat-

rimônio cultural e natural, em foco com a exploração turística, estejam sintonizadas com a sociedade, pois seu respaldo, sua compreensão, sua participação na elaboração destas políticas, torna-se indispensável. Os atores envolvidos num determinado problema ou situação, conseguem percebê-los em sua complexidade e relacioná-los a outros movimentos e problemas da região na qual está inserido. Tal importante quanto estabelecer políticas de conservação e preservação deste patrimônio, é o engajamento da sociedade nesta política.

Outrossim, de forma a garantir a realização dos objetivos propostos neste projeto, como espaço de valorização deste patrimônio da região dos Campos Gerais, vincula-se a criação do Conselho de Turismo e Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural da região dos Campos Gerais a um Fundo específico, que visa garantir recursos para as ações que se fizerem necessárias. Este Fundo é gerido pelo próprio Conselho, dando-lhe autonomia para decidir sobre onde aplicá-lo.

Com este fundamento, espera-se a aprovação deste projeto de lei.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença da delegação oficial da Ucrânia que nos visita no dia de hoje. Esta delegação é composta de doze membros, inclusive o presidente da Assembléia Legislativa da Província de Lviv. Vou tomar a liberdade de solicitar ao nosso 2º secretário, deputado Luiz Carlos Zuk, que leia os nomes dos componenstes desta delegação, ao tempo que agradeço o deputado José Maria Ferreira que os recebeu, juntamente com o deputado Algaci Tulio; delegação esta que é composta por diversas autoridades da Ucrânia, empresários que encontram-se em uma reunião na FIEP e são bem-vindos sempre em nossa Casa.

Passo a palavra ao deputado Luiz Carlos Zuk.

#### O SR. 2º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Zuk)

Antes de relacionar as autoridades presentes em nosso meio, senhores deputados, encontra-se presente o novo secretário de Segurança, o colega deputado José Tavares.

(Lê):

#### DELEGAÇÃO OFICIAL

senhor Stepan R. Sentchuk	presidente da Administração Estatal da Província de Lviv
senhor Vasyl S. Kuybida	prefeito da cidade de Lviv
senhor Taras V. Fedak	vice-presidente da Administração Estatal da Província de Lviv
senhor Stepan F. Kizyma	Comitê das Relações Internacionais da Administração Estatal da Província de Lviv
senhor Mykola Pshevlotskiy	presidente da Administração Municipal de Yavoriv

senhor Stepan Lukashyk	presidente da Administração Municipal de Yavoriv
senhor Vazyl Bershadskiy	assistente de presidente da Administração da Província de Lviv
senhor Yaroslav M. Pitko	vice-presidente da Assembléia Legislativa (Oblasna Rada) da Província de Lviv
senhor Rostyslav Tronenko	ministro Conselheiro Encarregado de Negócios da Embaixada da Ucrânia no Brasil
senhor Valerii Hryhorash	cônsul-geral da Ucrânia em Curitiba
senhor Yaroslav M. Hadzalo	vice-presidente da Administração Estatal da Província de Lviv
senhor Yuri Diudin	3º secretário da Embaixada da Ucrânia no Brasil

E, ao nosso lado, Metódio Stoski, assessor do deputado Cezar Silvestri, que é um dos mais honrados representantes da família da Ucrânia aqui no Brasil.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente com a palavra o deputado Valdir Rossoni.

(Declina)

Conforme requerimento aprovado em 14 de março, o deputado Pastor Edson solicitou o Grande Expediente, para o dia 21 de março, para que seja utilizado pelo professor Reginaldo Radel, para explicar sobre o software livre. Assunto esse relativo ao Projeto de Lei 030/2000 que tramita nesta Casa. Com a palavra o professor Reginaldo Radel.

#### O SR. REGINALDO RADEL

Senhor presidente, senhores deputados, senhores e senhoras, boa tarde. Meu nome é Reginaldo, sou funcionário de uma empresa conectiva com matriz em Curitiba, e estou aqui para falar com os senhores sobre o software aberto.

Antes de explicarmos o que é o software aberto, deveríamos observar o movimento que está havendo, quando se fala em globalização, um movimento mundial, aonde está acontecendo um novo modelo econômico, a forma de trabalho, a forma de desenvolvimento das empresas a nível econômico, a exemplos hoje como a internet grátis, o que tem a ver o software com a internet, com esses modelos que estão acontecendo no mercado.

Vamos voltar um pouco rapidamente ao que tem acontecido no mundo em termos de economia.

Há cerca de 200 anos atrás houve a Revolução Industrial aonde, com o evento da energia elétrica, do motor a vapor, houve toda uma revolução na economia, aonde a mão-de-obra que estava no setor primário, foi toda deslocada para o setor secundário, ou seja, uma

fazenda onde existiam 100 pessoas administrando essa fazenda, com a automatização 10 pessoas passaram a administrá-la, e essa mão-de-obra foi toda deslocada para o setor industrial, setor secundário.

**O SR. 2º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Zuk)**  
**(Pela Ordem)**

Queria que Vossa Excelência suspendesse a sessão e o nobre orador nos desse 2 minutos, para os deputados se despedirem da ilustre Missão que nos visita nesta Casa.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Está suspensa a sessão por alguns minutos.  
**(Sessão suspensa)**

**(Reaberta a sessão)**

O professor Reginaldo pode prosseguir.

**O SR. REGINALDO RADEL**

Então voltando à colocação. A mão-de-obra que com a automatização da agricultura que exigia 100 pessoas e passou a usar 10. Houve um desemprego muito grande no setor primário, mas o que houve foi a absorção pelo setor secundário que é a indústria.

Hoje existe uma indústria se automatizando, aonde a mão-de-obra está se deslocando para o setor terciário, que é setor de serviços, e o que tem acontecido nesse movimento mundial, a exemplo que eu citei da internet grátis, aonde as empresas prestando serviços é que vão ter rentabilidade que o código aberto tem proporcionado, de maneira que as pessoas que estavam excluídas da sociedade, através de uma nova forma de desenvolvimento de programas de computadores, são resgatados.

Só para exemplificar para as pessoas o que é o código aberto: Quando a gente vai comprar um computador, as pessoas não têm idéia dos custos que estão envolvidos. E eu fico muito contente de trazer esse assunto para dentro desta Casa de Leis, porque a exemplo de outros Estados, o Paraná tem sido pioneiro em muitas situações, e aqui dentro também existem muitos empresários, profissionais autônomos. Então, o que é hoje a compra de computador?

Existe a parte da máquina, existe a parte do programa do computador que tem que ser comprado à parte, é uma empresa que detém essa tecnologia, ela cobra por ser proprietária, um custo chamado licenciamento, e existe também um outro custo que é da pessoa com quem vocês vão contratar, ou seja, a empresa vai ter um custo de instalação, de treinamento, de manutenção desse sistema. Assim como houve mão-de-obra, na informática de forma geral, estamos na terceira onda, onde já houve uma valorização do hardware que é o computador na forma física, já houve a supervalorização do programa de computador onde empresas proprietárias cobram por este licenciamento, para que as pessoas possam usar esta tecnologia. Por exemplo, um programa que faça uma carta

para ser transmitida através da internet. Para que o computador possa se tornar uma máquina de escrever, é preciso se colocar um programa dentro do computador. Assim existem programas para ouvir música, para entrar na Internet.

O alto custo deste licenciamento tem afastado as pessoas, de modo geral, da tecnologia existente, porque assim como o papel e a caneta tiveram um papel importante no passado, o computador hoje, pelo seu alto custo, não pode afastar as pessoas desta tecnologia. Empresários, pessoas dos mais diversos ramos de atuação, estão analisando o código aberto como uma alternativa de baixo custo onde se tem condições de disponibilizar uma tecnologia de ponta por um custo muito baixo.

Empresas de grande porte como a IBM, uma das maiores do mundo, a Sansung, a Sun, a HP, empresas mundiais, estão apoiando este tipo de software onde a pessoa que queira desenvolver um programa por computador tenha acesso a esta tecnologia facilmente. O que tem acontecido até agora sem o código aberto? A defesa norte americana o está adotando, porque, em vez de ela ficar vinculada a uma empresa que detém uma tecnologia a nível mundial, um monopólio, as pessoas têm o acesso fácil a estes programas gratuitamente. Então, ao contrário de antes, quando você precisaria, para comprar um computador, comprar os programas que teriam um custo equivalente ao custo deste computador, agora não, você compra somente o computador e instala gratuitamente os programas, e com isso o custo final estimado fica em 50%. Então, o Estado, como tem uma função social, ao invés de disponibilizar 10 computadores, poderá disponibilizar 20 computadores pelo mesmo custo. Isto é um exemplo do que está proporcionando este Código Aberto.

Só para os senhores terem uma idéia, o governo brasileiro, ano passado, investiu mais de 120 milhões de reais em licenciamento de softwares, em licenciamento de programas para computadores, programas que fazem as mais diversas tarefas. A partir de agora, se for implementado o sistema de código aberto, vai ter um custo praticamente nulo onde só haverá custo de treinamento, de desenvolvimento destas pessoas para que continuem usando esta tecnologia.

Esta forma de desenvolvimento, este novo modelo econômico é um modelo que está acontecendo a nível mundial. A China, que tem 20% da população mundial, ou seja, tem um bilhão de habitantes, adotou este sistema de código aberto. Lá é o sistema oficial, ou seja não depende da autorização daquela licença para poder copiar e instalar os programas gratuitamente. Isto está acontecendo nas grandes empresas também. Os empresários têm visto que o licenciamento que a cada um ano, dois anos, tem que se comprar todos os programas novamente, é um custo que vai passar a não existir mais dentro das empresas.

Outro exemplo seria a França. Ela está bastante adiantada para que o governo use software de código

aberto. O México teve 124 milhões de dólares em economia por estar usando o sistema de livre distribuição, que pode ser copiado e distribuído sem cometer delito nenhum. Não há crime por se copiar um software de código aberto, ao contrário de outras plataformas, onde você compra uma cópia, comprou uma licença e fez mais cópias, você passa a ser uma pessoa que está cometendo um delito.

Os Estados Unidos têm adotado nos correios, órgãos públicos. O Brasil não poderia ficar de fora. O que está acontecendo em outros Estados? O Rio Grande do Sul, acabou por oficializar, como sistema oficial os programas de código aberto: saúde, escola, segurança, todos os sistemas que possam ser utilizados dentro do estado estão sendo implantados pelo Rio Grande do Sul, a um custo praticamente zero, ao contrário de outros modelos. Para vocês terem uma idéia, o governo do Rio Grande do Sul, 60 milhões de licenciamento. Na Bahia também está acontecendo um movimento muito grande, através de outros movimentos que vêm dando andamento, todas as companhias de processamento de dados do País estiveram reunidos na Bahia sexta-feira passada, analisando a viabilidade, dando seu parecer técnico favorável, pela utilização de software livre, ou seja, um programa que pode ser copiado e distribuído livremente dentro do Estado. O que é que tem propocionado isto? O projeto internet nas escolas, aonde muito mais escolas poderão receber computadores. Vamos falar em segurança: uma cadeia no município do interior do Paraná está afastada de toda esta tecnologia, desta comunicação on line; com este sistema poderia ser possível colocar um computador com preço bem acessível, ligado diretamente à internet. Aí esta cadeia teria condições de saber o que está ocorrendo a nível nacional; a Prefeitura de Foz do Iguaçu, todas as escolas públicas, postos de saúde, autarquias, bibliotecas, estão interligadas pela internet e uma rede interna de comunicação, feita através do programa de código aberto, com um custo muito baixo.

Existem muitos exemplos que estão acontecendo. É um movimento que não tem volta. É o alto custo que está fazendo com que as pessoas se movimentem em relação ao código aberto, porque profissionais liberais, empresários, aonde têm condições de ter uma ferramenta com a mesma condição técnica, não vão gastar uma fortuna em licenciamento, sendo que muitas vezes até por questão de custo existem cópias piratas destes programas, dentro das empresas, e estão sujeitas às penalidades severas da lei. Aonde há retenção, multas elevadíssimas, porque estas empresas, que detêm esta tecnologia são muito rigorosas quanto à propriedade desta tecnologia.

O Exército, por exemplo, no Rio Grande do Sul, com 160 unidades, tem adotado o programa de código aberto. A mensagem que eu quero deixar para os senhores é que o Paraná, por ser pioneiro em muitas de suas iniciativas, mais uma vez deve analisar, debater este assunto com carinho e dar demonstração de que há um interesse público, comum. Já existem várias frentes de

outras lideranças apoiando este sistema e nós devemos, com certeza, dar um exemplo em âmbito nacional e até mundial, do que o Paraná tem condições de realizar, o que é possível fazer.

Gostaria só de citar mais um exemplo, quando a pessoa tem um código proprietário. Para as pessoas entenderem o que é um código proprietário, seria o exemplo de um automóvel. Todos nós, quando compramos um automóvel, se der um problema nele, quem quiser fazer a manutenção e for capacitado, pessoa vai abrir o capô do seu carro e vai dar a manutenção. Caso ela não se sinta capacitada, vai chamar qualquer técnico que seja conhecido ou de confiança. Para que esta pessoa dê a manutenção no veículo. Ao contrário, no código proprietário seria mais ou menos como você comprar um automóvel dizendo assim: Este veículo só pode sofrer manutenção por determinada empresa. Isto é limitar o mercado. É não disponibilizar a tecnologia para tornar a tecnologia acessível às pessoas.

A proposta do código aberto é exatamente esta, que todos tenham acesso, o resgate da sociedade, a exemplo do CDI, o Comitê para democratização de informática, onde tem adotado a plataforma e a esta tecnologia que tem um custo muito alto, e através do código aberto é possível.

Gostaria de dizer que estou aberto a perguntas para as pessoas que queiram saber mais sobre o sistema, como funciona o código aberto.

**(Pausa)**

Senhor presidente, fico muito agradecido pelo espaço e o assunto é vasto para ser explanado em trinta minutos. O que poderia dizer é o seguinte - a gente vai estar presente aqui e podemos também disponibilizar um contato futuro para explicar melhor o que é este novo modelo econômico que grandes empresas estão adotando, multinacionais, o governo, volto a frisar, com a função social que existe e com a presença de pessoas esclarecidas como tem aqui, tenho certeza que vai analisar com carinho.

Estamos à disposição para maiores esclarecimentos.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Obrigado.

Passa-se ao Horário das Lideranças: PMDB.

Com a palavra o deputado Nereu Moura.

**O SR. NEREU MOURA**

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Ontem subimos à tribuna para comentarmos a situação da Segurança Pública no Paraná, relacionando atitudes, atos, acontecimentos que infelizmente denigrem a imagem da Segurança e como um todo a imagem do governo Jaime Lerner.

Contamos aqui episódios que maculam a imagem de qualquer pessoa pública, relacionando o fato, a denún-

cia do envolvimento do ex-secretário de Segurança, Cândido Manuel Martins de Oliveira, em episódio que infelizmente não constróem uma segurança que esteja à altura do sentimento do povo do Paraná.

Felizmente, parte do nosso reclamo foi atendido pelo governador Jaime Lerner que era a demissão do secretário de Segurança Pública. Nós da Oposição, relativamente, nos sentimos satisfeitos de o governador ter atendido o nosso pleito, ter escutado a nossa voz e ter exonerado o secretário de Segurança, Cândido Manoel Martins de Oliveira, porque no nosso entendimento ele não possuía as condições para continuar à frente desta importante pasta do governo estadual, não reunia, porque as denúncias eram tantas, eram inúmeras, e o secretário já não dispunha mais das condições políticas, técnicas para estar à frente da Secretaria de Segurança do governo Jaime Lerner.

O governador exonerou. Indicou uma pessoa que para nós tem credibilidade, que é respeitado por nós, o deputado José Tavares. Esperamos que o deputado José Tavares à frente da Secretaria de Segurança dê um outro rumo à Segurança do Paraná, elimine a polícia da criminalidade, desvincule tanto a Polícia Civil quanto a Polícia Militar de qualquer ato que desabone a sua conduta, que possa a população de nosso Estado ter na Segurança Pública, nas autoridades da Segurança Pública, confiança e respeito. É isso que pretendemos e desejamos ao novo secretário.

Contudo, senhor presidente, não basta a demissão do secretário, queremos saber das investigações e das punições de todos os culpados; não basta o governador achar que vai demitir o secretário e que vai ficar tudo o dito pelo não dito, para nós ainda é pouco, queremos saber da verdade, queremos que todos os culpados envolvidos com qualquer tipo de crime e que estejam no seio da Polícia Civil, da Polícia Militar, ou de qualquer outra função pública, sejam exemplarmente punidos, rigorosamente punidos. Não se pode permitir a impunidade, uma demissão sequer não é um ato de punição total, sobretudo para os crimes e delitos possíveis que as pessoas tenham cometido.

Por isso, nós do PMDB não vamos abrir mão de continuarmos lutando para que o governo Jaime Lerner mostre as atitudes no sentido de apurar todas as denúncias em relação à Polícia Civil, à Polícia Militar, à Secretaria de Segurança Pública. O nosso companheiro, deputado Edgar Bueno está coletando as assinaturas, dezessete assinaturas já foram coletadas, falta apenas uma para que possamos instituir aqui na Assembléia a CPI, a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar o crime organizado no Paraná.

Esperamos, deputado Edgar Bueno, que Vossa Excelência tenha a sorte, o desempenho que imaginamos, o desempenho que Vossa Excelência teve até agora à frente da Liderança das Oposições, substituído agora pelo deputado Irineu Colombo; que Vossa Excelência consiga convencer mais um deputado para que possamos apresen-

tar aqui o requerimento propondo a Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar de fio a pavio, de ponta a ponta, sem nenhuma ressalva, para que haja na verdade uma transparência cristalina no Paraná em relação a todas as pessoas que eventualmente estejam envolvidas com a criminalidade do nosso Estado. É isso que o PMDB se propõe, quer e deseja, e vai lutar com todas as suas forças para que o povo do Paraná seja na verdade respeitado e tenha a confiança restabelecida nas autoridades policiais, políticas, e todos os setores que exercem mandatos e cargos no nosso Estado do Paraná.

É esse o nosso pensamento e dele não abriremos mão, companheiros deputados e companheira deputada.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no horário das Lideranças PDT.

Com a palavra deputado Edgar Bueno.

O SR. EDGAR BUENO

Vou começar, senhor presidente, pelo requerimento que estamos apresentando na mesa na tarde de hoje com referência à CPI do Narcotráfico. “Excelentíssimo senhor presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná - requerimento - súmula: Institui Comissão Parlamentar de Inquérito, CPI, constituída de sete membros em prazo de duração de 120 dias para investigar e apurar fatos pertinentes ao narcotráfico e ao crime organizado no Estado do Paraná, conforme especifica. Senhor presidente, os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições parlamentares e conforme dispõe a Constituição Estadual, artigo 62, § 3º e o Regimento Interno desta Casa de Leis, artigos 34 e 37 com o seu inciso e parágrafos, requerem a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, constituída de sete membros, com prazo de duração de 120 dias, para investigar e apurar fatos pertinentes ao narcotráfico e ao crime organizado no Estado do Paraná, haja vista a gravidade das denúncias levantadas pela CPI da Câmara dos Deputados, em sua recente passagem por Curitiba.”

Passo a nominar os deputados que subscreveram este requerimento: Edgar Bueno, Antonio Annibelli, Orlando Pessuti, Nereu Moura, Caíto Quintana, Ademir Bier, Péricles Mello, Waldyr Pugliesi, Hermes Fonseca, Edson Strapasson, Irineu Colombo, Beraldin, Luiz Carlos Zuk, Ângelo Vanhoni, José Maria Ferreira, Beto Richa e Augustinho Zucchi. Se Vossas Excelências fizeram a conta, perceberam que temos neste requerimento, assinaturas de dezessete deputados. Dezessete deputados que, atendendo o chamamento, o clamor, a vontade e a inquietação do povo do Paraná, tiveram a coragem e a determinação de dar essa resposta à sociedade, através da nossa ação, aqui na Assembléia Legislativa do Paraná.

Senhores deputados, estou convicto, convencido e acredito que uma CPI instalada nesta Casa poderá ser o grande instrumento para que se restabeleça a segurança pública do Estado do Paraná. Temos que mostrar neste

momento, a independência desta Casa. Deputado algum pode aceitar pressão de governo, seja ele quem for. Temos que fazer com que essa CPI possa ser levada e instalada até o interior, nas principais cidades desse Estado, porque lá campeia o crime organizado, é comum em cada esquina ter um beco de distribuição de drogas e existe o roubo e o desmanche de carros. Quem irá socorrer esta gente? O que vamos dizer nós, os deputados aqui nesta Casa, de braços cruzados, sem dar essas respostas que o povo do Paraná precisa?

Faço essa reflexão, porque já disse e quero repetir, na tarde de hoje, que isso não é uma atitude só da Oposição, é dos parlamentares que têm compromisso com esse Estado, com a investidura do seu cargo e, por isso venho hoje, como último tiro de esperança, pedir para que o Plenário desta Casa vote favoravelmente. E, se rejeitar, que sejam responsabilizados aqueles perante a sociedade.

Nós, da Oposição, cansamos de esperar, de pedir, de visitar deputados, para chegarmos às dezoito assinaturas. Infelizmente chegamos apenas a dezessete. A paciência da Oposição se esgotou. Hoje, vamos trazer para o plenário, e que cada deputado desta Casa assuma a sua responsabilidade.

Senhor deputado Valdir Rossoni, líder do Governo, o povo do Paraná pede providências e espera que todos nós, os deputados desta Casa, possamos dar um passo positivo no sentido de começarmos a debelar, desnudar a banditagem que foi denunciada pela CPI do Narcotráfico nacional.

Sabemos que existe, ela nos rodeia e cada vez ficamos mais enfraquecidos, porque na hora de tomar uma decisão tão importante como essa, há a omissão de muitos. E tantos e tantos, aqueles que até desejariam assinar e que, muitas vezes, por não suportar a pressão, acabam cedendo, não assinando! E não conseguem sequer, senhor presidente, explicar esta atitude nem para seus familiares, nem os seus familiares aceitam mais a omissão depois de tudo que vimos, no Estado do Paraná!

Então, senhores deputados, venho aqui pedir, implorar, tentar até convencê-lo que este é o melhor caminho para que esta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná possa mostrar que realmente é um Poder independente, que não é um Poder subserviente, que é um Poder que atende a sociedade do nosso Estado, quando ela mais precisa!

Agora, de omissos, de omissão, o povo está cheio, por isso faço este pronunciamento aqui, implorando que apenas um, apenas mais um deputado nos conceda esta possibilidade de apresentarmos uma CPI, ser aprovada por esta Casa, e estes mesmos parlamentares que serão os nossos representantes na CPI que possam dar respostas à sociedade que hoje está perplexa!

**O Sr. Orlando Pessuti**

Concede um aparte, deputado?

Deputado Edgar Bueno, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento que faz, de certa forma até um pronunciamento esclarecedor a todos aqueles que se encontram no recinto da Assembléia Legislativa.

Vossa Excelência está cumprindo à risca aquilo que anunciou, em nome das Oposições, na condição de líder da Oposição, na semana passada, antes ainda de o deputado Irineu Colombo assumir a liderança.

Naquela oportunidade, pronto já estava um requerimento firmado por alguns parlamentares que seria encaminhado à Mesa da Assembléia para que colocasse à deliberação do plenário, conforme estabelece o artigo 36 do Regimento Interno desta Casa, onde é permitido que um grupo correspondente a 1/3 dos deputados - 18 - ou individualmente, um único deputado, possa apresentar o requerimento. Neste caso, se um único deputado ou um número inferior aos 18, que seria 1/3, aí sim, o Plenário possa deliberar.

Naquela oportunidade foi solicitado a Vossa Excelência que buscasse a conquista das 18 assinaturas e que aguardasse até o dia de hoje, terça-feira, porque no dia de hoje deveria acontecer a manifestação do relator e da comissão especial da Assembléia Legislativa. Pelo que nos consta, até o presente momento, o relatório ainda não foi produzido, pelas inúmeras questões, fatores que possam ter impedido ao relator que apresentasse este relatório.

Faz bem Vossa Excelência em ir à tribuna na tarde de hoje anunciar os 17 deputados que já firmaram esse requerimento, fazer um apelo, último e derradeiro, para que os outros parlamentares, que ainda não firmaram este requerimento, que o possam fazer e desta forma estar constituída a CPI, com, pelo menos, 18 assinaturas. Se até o momento da deliberação dos requerimentos, esta assinatura não comparecer ao nosso requerimento original, possa então Vossa Excelência colocar este requerimento à Mesa, para que ela o submeta ao Plenário. E, de uma vez por todas fique caracterizado aqueles que estão a favor, aqueles que querem a CPI, aqueles que estão auscultando as vozes da população paranaense que pedem, incansavelmente, que a Assembléia do Paraná não lhes vire as costas, que instale aqui uma CPI.

Muitos dos que conversaram conosco neste período todo, eu dizia que duas coisas tinham que acontecer para que a confiança da população se estabelecesse e a Segurança Pública pudesse ter um novo ordenamento, que era a demissão do secretário Cândido Martins de Oliveira e a instalação da CPI. A demissão já aconteceu. A Comissão Parlamentar de Inquérito está na dependência agora da vontade de alguns parlamentares.

Espero, confio e acredito que até o final desta sessão tenhamos instalada e constituída a CPI do Narcotráfico e do crime organizado.

Parabéns a Vossa Excelência. Tem Vossa Excelência o nosso total apoio à iniciativa.

Muito obrigado!

**O SR. EDGAR BUENO**

Que se ressalte aqui que imaginávamos que na quinta-feira passada já teríamos as 18 assinaturas. Depois transferimos para segunda-feira e se isso acontecesse, nós, com a maior transparência e boa vontade, íamos abrir a oportunidade para que os demais deputados também assinassem esse requerimento, para que não seja uma atitude apenas da Oposição e sim de todos os parlamentares desta Casa.

Vamos aguardar até o final desta sessão. Aonde está o relatório da CEI que foi prometido nessa Casa de Leis e foi prometido para o Estado do Paraná? E pelo que me consta ele ainda não está pronto. Temos que resolver esse problema imediatamente.

Para encerrar faço aqui uma conclamação aos homens de bem, aos deputados, aos pais de famílias, porque temos os nossos filhos andando por essas mesmas ruas que estamos vendo a bandidagem.

Todos temos família como qualquer outro cidadão desse Estado e temos o compromisso, a obrigação de preservar a segurança do povo do Paraná.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Passamos ao Horário do PSDB.

Concedo a palavra ao deputado José Maria Ferreira.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA**

Senhor presidente, senhores deputados.

Depois de 29 de fevereiro, esta Casa teve um assunto que pautou todas as nossas sessões. Em função da grande responsabilidade que esta Casa tem, que é de contribuir, mesmo que politicamente, para a melhoria da qualidade da Segurança do nosso Estado. Várias foram as colocações feitas nesta tribuna a esse respeito.

Depois de titubear um pouco o governador ontem resolveu fazer a substituição do secretário Cândido Martins de Oliveira, nomeando em seu lugar o ex-deputado membro desta Casa, José Tavares.

Senhor presidente, senhores deputados, quando o governo titubeia, negligencia, quando erra nas suas ações, nós, desta tribuna, fazemos as críticas, se necessário, contundentes. Mas quando acerta faço questão de vir aqui e dizer que o governo acertou na indicação do nome do deputado José Tavares para ocupar a Secretaria de Segurança do Estado, porque trata-se de um homem sério, trabalhador, desempenhou a função de delegado, é homem da área e, com certeza, fará na Secretaria de Segurança de Estado um excelente trabalho. Não é com uma Comissão Administrativa que o governo criou que ele irá limpar a polícia do nosso Estado. Irá, sim, colocando alguém de conduta ilibada, alguém sério, alguém determinado para realizar essa tarefa. Não tenho dúvidas de que o ex-deputado José Tavares é o homem talhado para esta empreitada. Que Deus o ilumine e que Deus permita que ele possa realizar um grande trabalho em prol da população.

Com aparte o deputado Cezar Silvestri.

**O Sr. Cezar Silvestri**

Deputado José Maria Ferreira, gostaria de parabenizá-lo pelo seu pronunciamento, onde demonstra, mais uma vez, a sua maturidade política, o seu senso de responsabilidade que é reconhecido pelos 53 parlamentares desta Casa. Quero me somar inclusive nas considerações que Vossa Excelência faz com relação ao ex-deputado José Tavares, pessoa que tivemos a grata alegria de conviver por muitos e muitos anos nesta Casa. E mais: dizer que participamos de uma reunião com o secretário José Tavares e onde ele nos tranqüilizava - como pais de família, até pegando um pouco as palavras do deputado Edgar Bueno, deixando a hipocrisia de lado, porque, todos nós, sem exceção, todos os deputados responsáveis desta Casa sabem que não será uma CPI que irá acabar com a corrupção, com o desmanche de carro, com o roubo de carro, com o tráfico de drogas em nosso país. Seria muito simples se isso ocorresse. Mas o que nos alivia e nos tranqüiliza, principalmente nós, que damos apoio e sustentação ao governo Jaime Lerner, nesta Casa, é saber que realmente ele fez uma feliz escolha. E mais, que o secretário José Tavares, em seu primeiro ato, depois de designado secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, veio dar satisfações exatamente a esta Casa e a todos os deputados. Não somente aos que dão apoio ao governo Jaime Lerner, mas, também, à comissão que foi criada, que trata do narcotráfico nesta Casa, dizendo que ele tinha um compromisso de vida, que todos nós poderíamos cobrar da sua pessoa esse compromisso, abrindo as portas da Secretaria de Segurança, dizendo à Comissão de Investigação desta Casa que qualquer denúncia, toda denúncia, nenhuma denúncia deixará de ser apurada. E mais dentro dessa idéia da abertura que ele está dando, também gostaria de compor um Conselho com a participação da OAB e do Ministério Público, para que, realmente, todas as questões relativas a denúncias, principalmente com o narcotráfico, fossem apuradas no Estado do Paraná. E era uma determinação que ele recebia do governador Jaime Lerner.

Por isso me sinto um pouco mais tranqüilo, posso dizer, deputado José Maria Ferreira, um pouco mais tranqüilo a partir de hoje, porque também sou pai de família, tenho filhos, como a grande maioria dos deputados aqui presentes. E, sabendo que a Segurança do Estado do Paraná está em ótimas mãos, e mais, nas mãos de um homem que assumiu um compromisso com todos os deputados e que está cobrado, inclusive pela minha pessoa.

Obrigado.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA**

Agradeço o aparte de Vossa Excelência. Porém, a grande riqueza da amizade e do respeito entre os homens é justamente a divergência. E nesta divergência você poder manter o nível de padrão de discussão, porque dis-

cordo, mesmo respeitando, entendo que a CPI continua sendo um caminho para que nós, inclusive, possamos apoiar as atitudes do secretário que vem com um perfil de seriedade, de conduta reta e esta vem para dar o apoio necessário para que possamos fazer a verdadeira limpeza no setor de Segurança do Paraná. E um homem só não conseguirá, porque sabemos que a própria estrutura impôs algumas condições ao governador, e que na sua posse, na posse do deputado ontem, hoje secretário, ela foi ventilada.

Então, não é só o secretário, só a presença de um homem honrado, sério, fará com que possa acontecer a limpeza ou a retirada da banda podre do sistema de Segurança no Paraná, mas é sobretudo o apoio que esta Casa deve dar, na minha concepção, e de alguns companheiros nossos, deve ser dado numa forma de CPI para que tenhamos mais agilidade para fazer a verdadeira limpeza do processo de melhoria da qualidade de segurança em nosso Estado.

Concedo o aparte ao deputado Ricardo Chab.

### **O Sr. Ricardo Chab**

Deputado José Maria, o senhor sabe que tenho pela sua pessoa muito respeito, e antes de tudo, reconhecimento pelo seu trabalho nesta Casa.

Mas gostaria aqui, de em breve relato, dar aqui o meu apoio formal ao secretário Tavares que assume a Segurança Pública. Fui defensor do nome do deputado Tavares, lá atrás, quando da reeleição do governador Jaime Lerner. Lembro dele que em uma ocasião conversando com o presidente desta Casa, deputado Anibal Khury, falei da questão do deputado José Tavares, um profissional da área de segurança e que deveria ter ocupado esse cargo já há muito tempo. Mas, a justiça tarda mas não falha, e por uma questão de justiça, o deputado, eu o chamo de deputado José Tavares, é hoje o secretário de Segurança Pública.

Então, até na condição de presidente da Comissão de Segurança Pública, quero levar isso para a nossa Comissão, para que convoquemos o secretário Tavares, para vir aqui falar para todos nós, como é que vai ser a metodologia de trabalho daqui para a frente, porque quero me aprofundar nessa discussão.

Tenho observado aqui atentamente, e o senhor sabe disso, esse plenário e a população também sabem, a minha luta árdua com relação à Segurança. Os questionamentos que levantei aqui da questão das jaquetas da Polícia Militar, das falcatruas do Instituto Médico Legal. Encontrei barreiras seriíssimas. Tentei aqui nesta Casa levar adiante uma Comissão Parlamentar de Inquérito das jaquetas e não consegui, deputado.

Hoje, com relação à CPI da proposta desta Casa, tenho muita propensão a assinar, tenho dito isso para os nossos colegas, cheguei a dizer isso ao senhor, e quero colocar aqui no Plenário, bem clara a minha posição, e espero o relatório da Comissão Especial de Investigação.

Tenho falado aqui com o nosso companheiro Algaci Tulio, com o deputado Vanhoni, tenho seguidamente trocado idéias. Agora, espero um relatório, se a Comissão furtar, para que possamos ter uma CPI, tenha certeza absoluta que a 18ª assinatura será minha nesse requerimento.

Quero deixar isso bem claro nesta Casa, a minha posição é esta. Quero deixar claro aqui uma posição, que caso tenhamos aqui nesta Casa uma CPI, e essa questão da CPI não está descartada para mim, está descartada para muita gente mas para mim não, quero esperar o relatório da CEI, porque ficaria até ruim para nós aqui nesta Casa, temos uma comissão que está aí para investigar, que deu suporte para a CPI, porque de repente vamos criar paralela a esta comissão, uma CPI.

Gostaria até que o presidente desta Casa, então, destituísse a Comissão à CEI, e aí sim instalássemos e criássemos a CPI. Agora, criarmos uma CPI, mas daí deixarmos os nossos companheiros, amigos que estão aí na CEI, fazendo um trabalho digno de elogio, como foi prestado à CPI, acho que não é o momento, acho que primeiro se expirasse a CEI e assim possamos voltar a discutir a questão da CPI.

Então, deputado José Maria, quero deixar claro o meu apoio formal ao deputado José Tavares, secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná. Tenho certeza absoluta que como profissional de Segurança que o é, ele vai mudar e muito a foto e a realidade da Segurança no Estado.

Muito obrigado pelo aparte.

### **O Sr. Tiago Amorim Novaes**

Meu caro deputado José Maria, como sub-relator da Comissão Especial de Investigações do narcotráfico que até hoje demos a sustentação à CPI do narcotráfico em Brasília, nós também não podemos continuar calados aqui ouvindo atentamente e dizer que a revolta da população, a indignação deste povo simples e trabalhador é a nossa.

Também sentimos na pele, desde o primeiro dia, e o presidente Vanhoni sabe disso pois também sentiu, no momento em que assumimos esta responsabilidade nesta Comissão Especial, viajamos para a fronteira e até hoje enfrentamos ameaças. Houveram dias até de ter que mandar minha filha de 7 anos para o Mato Grosso porque disseram que iriam matá-la.

Então, quero deixar bem claro a todos os deputados que a questão do nosso posicionamento ainda de não nos posicionarmos em relação à CPI é porque estamos ainda concluindo o nosso trabalho e quero que esta comissão seja respeitada em sua plenitude.

Respeito o posicionamento de todos os deputados da Oposição mas espero concluir o nosso trabalho o mais breve possível para que não coloquemos o carro na frente dos bois, demos com “os burros n’água” e a população veja, posteriormente, que esta comissão foi criada por criar.

Portanto precisamos, já que estamos trabalhando com a Polícia Federal, com o Ministério Público, com as autoridades de vergonha na cara deste Estado, também queremos ser respeitados para a conclusão do nosso trabalho. Do contrário, se tornaria inviável criar comissões dentro desta Casa de Leis, e jamais participarei de qualquer comissão dentro desta Casa.

Espero e acredito na compreensão dos demais deputados e a indignação dos deputados que aí estão é a nossa indignação também. Não vamos acobertar canalha em espécie alguma! Isto vocês podem ter certeza e nós que vivemos numa região de fronteira, estamos sendo ameaçados de morte constantemente.

Quero a compreensão dos demais Pares porque também estamos nesta Comissão Especial do Narcotráfico, passamos por sérias dificuldades e nem sempre nossos seguranças vão estar dando a segurança que precisamos porque nossa vida também corre risco. Se for para combater bandido, criminoso, vamos combater de frente sempre, sem afinar para qualquer um deste País.

Temos certeza que os deputados que aqui estão são todos corajosos e não foram eleitos para vir aqui na Assembléia contar história. Portanto, espero que respeitem nossa comissão; do contrário, não é necessário mais criar comissões dentro desta Casa. Esperamos respeito pois precisamos concluir nosso trabalho.

#### O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Quero agradecer o aparte do deputado Ricardo Chab e gostaria de dizer ao deputado Tiago Amorim que também faço parte da Comissão Especial de Investigação da Assembléia e que gostaria que usasse da vossa indignação que ora manifesta, para que pudéssemos acelerar o relatório, como na condição e na qualidade de sub-relator da comissão, para que pudéssemos acelerar e colocar em votação e trazer a este Plenário o resultado que lá for obtido e votado.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Horário das Lideranças, com a palavra o PST, PSB, PFL, PPB.

(Declinam)

Com a palavra, pelo PTB, o deputado Ademar Traiano.

#### O SR. ADEMAR TRAIANO

Senhor presidente, senhores deputados.

Uso a tribuna nesta tarde para me somar aos demais pronunciamentos dos senhores parlamentares que já tiveram a oportunidade de se manifestar no plenário, desta Casa.

O Paraná tem vivido um período de muita conturbação e, com certeza, este período será momentâneo.

O governador do Estado, com muito equilíbrio, com muita prudência, soube, com inteligência, tomar uma decisão que realmente venha ao encontro da vontade dos paranaenses. Na tarde de ontem, o governador Jaime

Lerner anunciou ao Paraná a mudança do comando da Secretaria de Segurança deste Estado.

O Paraná esperava por isto, sim.

Temos certeza de que iremos viver um novo tempo nas mãos deste equilibrado, decente, honrado homem que aqui nesta Casa fez carreira, que aqui nesta Casa granjeou amigos, obteve respeito de todos os parlamentares no momento em que aqui esteve; de um homem que construiu sua história na defesa intransigente do direito de cidadania do povo brasileiro.

Conhecemos o deputado José Tavares, árduo orador, nos momentos mais difíceis da vida nacional, defendia a soberania e a cidadania do povo brasileiro. E, neste momento de dificuldade em que o Paraná vive, com certeza, mais do que nunca haverá de brilhar a estrela do nosso querido deputado José Tavares.

Venho à tribuna, senhor presidente e senhores deputados, para dizer da alegria, como líder do PTB, saber dizer da alegria do governador Jaime Lerner, em tirar dos quadros do Partido, um dos nomes mais honrados para comandar a Secretaria de Segurança do Estado. Tenho certeza de que neste momento não prevaleceu a vontade política do Partido que dá sustentação ao governador; prevaleceu, sim a vontade do governo em acertar, em colocar na Secretaria de Segurança deste Estado um homem que pudesse dar tranquilidade, que pudesse fazer com que os lares das famílias paranaenses pudessem ter a segurança e a certeza de que vai-se fazer um trabalho sério, decente e honrado neste Estado.

Por isso, senhor parlamentares, acho que o maior respeito que o governo e o próprio secretário José Tavares poderia ter para com esta Casa, ele deu demonstração, nesta tarde. Aqui veio, nem tomou posse e nem assumiu, o governador assinou decreto neste dia, o primeiro ato do secretário José Tavares, como secretário de Segurança, veio à Casa conversar com os parlamentares, de Situação e de Oposição, demonstrando assim a vontade de ter a parceria dos senhores parlamentares, quer sejam da Oposição, quer sejam da Situação, no sentido de encontrar caminhos para melhorarmos a Segurança deste Estado.

E é nesta linha, neste raciocínio que uso a tribuna, nesta tarde, para dizer do contentamento de podermos ter um homem da estirpe, do gabarito, da capacidade, da decência, da determinação e da ousadia que é o nosso deputado José Tavares. Ele, que fez carreira na Polícia Civil deste Estado, que conhece as entranhas da Polícia Civil, que conhece mais do que nunca as dificuldades do policial civil. Ninguém melhor do que ele para fazer com que este Estado passe a ganhar no momento de mudança da Segurança deste Estado.

Senhores parlamentares, senhora deputada e senhor presidente, acho que a manifestação unânime dos deputados de Oposição nesta tarde, de respeito ao secretário José Tavares, é o exemplo maior de que o governador Jaime Lerner mostrou ao Paraná que acertou na indicação deste extraordinário e competente secretário,

que com certeza, todos nós aqui vamos usar da tribuna, na continuidade dos trabalhos nesta Casa para dizer ao Paraná que o governador Jaime Lerner teve a lucidez, teve o brilho na sua mente de colocar no comando da Secretaria de Segurança um dos homens mais honrados e mais decentes deste Estado.

Muito obrigado, senhores parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

PT com a palavra. Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhores deputados, duas questões precisam ficar bem claras. Em primeiro lugar, no meu entendimento, acho que a Comissão Especial de Investigação tem que apresentar o relatório. No entanto, os motivos que embasam a necessidade de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, extrapolam o relatório da Comissão Especial de Investigação. As revelações, a mobilização da sociedade e a indignação que todo o povo do Paraná teve com aquilo que foi revelado quando a CPI Nacional aqui esteve, demonstra por si só a necessidade de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para proceder e dar continuidade às investigações.

Então, discordo um pouco da visão do deputado Tiago e outros deputados que, de certa maneira, de uma maneira mecânica, tentam atrelar a condição do relatório da CEI com a necessidade da CPI. Não é mecânico. A Comissão Especial de Investigação até a vinda da CPI Nacional tem todos os fatos relatados. E o que é grave, é o que a CPI Nacional revelou. Este é o fato mais grave. Que não há nada mais grave, deputado Tiago, sabemos que existe tráfico, sabemos que existe roubo de carro, o senhor é repórter policial, todos sabemos disto, isto possivelmente vai até continuar existindo. O que ficou evidente é que determinados policiais estão envolvidos com isto. A indignação da população é muito grande com este fato. E quem revelou isto, esta realidade diz respeito à CPI Nacional. Não tem nada que ver com a Comissão Especial de Investigação, não faz parte do nosso relatório, que fala das contas CC-5, falam dos dois depoimentos, do Rafael Valenga e da Shirley, fala das visitas que fizemos, do quadro demonstrativo da criminalidade no Estado do Paraná, mas de concreto, a essência que deve ser motivo para instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito é a revelação do que o povo do Paraná inteiro está sabendo e perguntam para cada um de nós qual a cidade onde a gente vai. Então, é bom que a gente deixe isto bem claro.

Mas, o que me traz à tribuna não é somente este apelo para fazer com que os deputados assinem o requerimento da CPI; é alertar os senhores deputados para algo muito grave que está acontecendo. Uma depoente, chamada Shirley Ponte, fez um depoimento na CEI, no mês de dezembro. Esta moça foi condenada em Cacoal, por tráfico de drogas, tem uma filha de seis anos de idade. De lá de Cacoal ela fugiu quando cumpriu um ano de prisão,

quando estava grávida. Veio morar aqui em Campo Mourão e Maringá, foi presa, fugiu da cadeia, e novamente agora no mês de novembro foi presa com um quilo de entorpecente, de cocaína, na sua casa em Maringá. Os policiais do COPE saíram aqui de Curitiba e prenderam esta moça lá em Maringá.

Pois bem, esta moça foi chamada para vir depor porque poderia ter qualquer relação com o Fernando Beira-Mar. Sabemos que o Beira-Mar não tem quase nada a ver aqui com o Paraná, a não ser uma coisa ou outra, e com o Paraguai. A Shirley deu um depoimento para nós, público, a imprensa que está aqui assistiu o depoimento, negou tudo, mas nós fizemos uma reunião secreta com a Shirley, eu, os deputados Algaci Tulio, José Maria, Tiago Amorim - o Luiz Carlos Alborghetti não estava - Strapasson e Ademir Bier, que estava substituindo o Caíto Quintana. Esse depoimento secreto, senhor presidente, marcou e impressionou a vida dessa Comissão Especial de Investigação. Não existe outro fato mais relevante, a não ser a conta CC-5 da lavagem de dinheiro.

Vamos ser sinceros quanto a isso. Não há outro fato na Comissão Especial de Investigação que foi relevante para nós, enquanto deputados, do que os dois fatos: as revelações do Censo Três e dos procuradores de Foz do Iguaçu e o depoimento da Shirley Pontes, que não foi dado a público, foi secreto, porque ela tem medo de morrer, é envolvida com traficantes, com quadrilha. No entanto chorou na nossa frente e revelou uma série de fatos envolvendo policiais e pessoas que moram no Estado do Paraná, envolvidas com tráfico de drogas e com outros delitos. Tínhamos que guardar segredo disso até darmos alguma investigação para comprovar aquilo que a Shirley nos revelou.

A Shirley foi mandada para Maringá de volta, para fazer o seu depoimento perante o juiz. Quando voltou de lá no final de dezembro, perto do Natal, já estávamos preocupados com a sua segurança. Os deputados estaduais da CEI só foram fazer uma reunião no dia 10 de janeiro - até lá nada foi feito. Nada. Nenhuma reunião, nem o deputado deu nenhuma entrevista - estava passando o Natal e o Ano Novo e até o dia 10 de janeiro, em Paranaguá e não me comuniquei com ninguém.

Na reunião, aqui, na Assembléia Legislativa, na presença do deputado Algaci Tulio e outros deputados resolvemos, por sugestão do deputado Fernando Ribas Carli e pelo deputado José Maria, o seguinte: estamos diante de um impasse. As revelações que temos, de um lado o envolvimento da Polícia Civil, aonde a gente tinha relato do envolvimento dela. É assim ou não é, deputado Algaci Tulio? O pessoal de Foz do Iguaçu não disse barbaridades da polícia? Disseram, verbalmente, mas disseram as autoridades. O prefeito de uma cidade disse para nós - não vamos dizer o nome, porque não precisamos dizer, não só para mim, mas para outros deputados. No depoimento da Shirley resolvemos proceder algumas investigações ou ia a fundo na questão da política ou a Comissão Especial tinha que deixar de existir, porque não

tinha caminho para investigar alguma coisa, contava para esses envolvimento da corporação policial, infelizmente.

As informações secretas da Shirlei foram passadas para o Ministério Público e para o grupo do poder executivo da Polícia Civil, Fera, do delegado Adaauto, e foram repassadas para a CPI, secretamente. Tanto o Ministério Público, quanto o delegado Adaauto fizeram investigações sobre as revelações que a Shirlei trouxe. Comprovam várias das sugestões, daquilo que a Shirlei havia dito: policial X, policial Y, C, D, pista de pouso, etc. Pegaram essa documentação, esses indícios, o Ministério Público, o delegado Adaauto, do grupo Fera, que fez algumas investigações e foi repassado para a CPI Nacional.

A CPI Nacional quando veio para cá, já tinha mais de dez depoimentos arrolados, independente do depoimento da Shirlei - o dela foi o 15º ou o 10º.

No mês de janeiro, antes da CPI vir para cá, procurei a Shirlei no Presídio de Piraquara, aliás, eu e o deputado José Maria fomos aos juizes da Vara de Execuções Penais do Paraná, ao doutor Massaro, pedir, em nome da CEI, com ofício que tem o respaldo da decisão dos deputados Algaci, Fernando Ribas Carli, Tiago Amorim - que estava viajando -, de que pedíssemos proteção para a Shirlei.

Pois bem, depois disso eu fui duas vezes no presídio, lá na Penitenciária Feminina de Piraquara; fui acompanhado de dois promotores da Promotoria de Investigações Criminais, porque eu não sou polícia, não faço investigação, eles queriam conversar com ela e nós queríamos entrar lá, e como presidente fui junto. Lá, em conversa com os promotores, a Shirlei, além de confirmar as informações que tinha dado aos deputados, para os promotores falou de outros fatos que conhecia, mas não deu nenhum depoimento. E nós dissemos "Shirlei, você vai ser convocada para falar na CPI Nacional, independente de você querer ou não, você vai ser convocada porque é uma traficante e foi presa, se você quiser falar você fala e se não quiser, não fala". Quando chegou a véspera da CPI vir aqui, só fui conversar com a Shirlei quando ela estava aqui senhor presidente, eu e mais quatro promotores lhe dissemos o seguinte: "Shirlei, já aconteceu isso e isso na CPI Nacional, se você falar, sobre a tua pena de sete anos não há nada a fazer, nenhum juiz pode mudar a pena de sete anos que ela tem para cumprir, ninguém tem, nem o deputado Vanhoni, nem o deputado Padre Roque, nem o presidente da República, porque já transitou em julgado, ela está condenada, quem é juiz, que entende de Direito sabe disso, não há o que fazer, não há legislação que ampare isso, então foi dito para a Shirlei: tua condenação de sete anos esqueça, vai ter que cumprir. Quanto ao processo que você está respondendo no Estado do Paraná por tráfico de drogas da prisão lá de Maringá você pode obter redução de pena como ré colaboradora, que é o que a lei permite, que é o que a legislação do nosso País permite, foi dito isso para ela. Além disso o que você pode ter mais: Olha, você pode cumprir a tua pena em qualquer presídio do território brasileiro, o Ministério de Justiça e o programa de testemunha

garantem que um réu colaborador que está num presídio tal pode ser transferido lá para o Ceará para cumprir a pena, para garantir a sua segurança e você pode obter segurança para quem você quiser da sua família, e ela disse: A minha mãe e a minha filha". Foi isso que foi dito para a Shirlei, que foi negociado com ela. Aliás antes de ela depor, fez uma reunião ali, está filmando isso, ela fez uma reunião com os deputados da CPI Federal, eu estava presente, os promotores e a advogada dela, que é a advogada que foi colocada naquele momento representando os advogados, que é a mulher do Luiz Claudio Romanelli. Agora, vejamos, há uma tentativa, um advogado de um dos delegados incriminados, publica uma fita, distribui uma fita na rádios e revela no jornal que a Shirlei teria dito que o deputado Ângelo Vanhoni teria oferecido todas as benesses, inclusive a liberdade para ela incriminar pessoas.

Escutem, senhores nem conheço delegado, nem sabia que os delegados tais e tais tinham envolvimento com qualquer tipo de coisa, fui conhecer essas coisas agora nesses últimos meses, vocês conhecem o meu comportamento, jamais faria isso para qualquer pessoa, por mais que tivesse culpa, inventado. No entanto, a verdade aparece e aparece cedo, cedo até demais, o deputado Ricardo Chab com o seu programa de televisão, os seus radialistas, não seu como isso aconteceu, mas publica uma fita aonde que a Shirlei diz que ninguém a procurou para dar entrevista e que ela confirma tudo aquilo que disse aqui na CPI Nacional.

Então, me estranha, e aí eu quero fazer uma sugestão porque acho que o deputado Algaci Tulio ficou impressionado com as notícias que o Machado, delegado Machado, acho que o deputado Algaci ficou impressionado com a fita, com a versão lá da Shirlei, e deu uma declaração à imprensa que de certa maneira, eu fico preocupado, deputado Algaci sabe por quê? Porque todos os advogados de defesa querem na verdade ridicularizar, desqualificar as testemunhas, como se uma pessoa, só por ter sido traficante, só por ter sido ladrão, não pode vir aqui revelar fatos que possam, na realidade, comprometer esta ou aquela pessoa. Não é pelo fato de ter uma condenação que aquilo que está sendo dito aqui, para qualquer um, ou para qualquer pessoa, tenha que ser esquecido, por parte da Justiça.!

A CPI Nacional só teve caminho, deputado Algaci Tulio, porque o Jorge Nérís, o homem que conduzia caminhão, e roubo de carga, trocando por cocaína, para Bolívia, Mato Grosso, Rondônia, resolveu contar o que sabia, e uma grande quadrilha que envolveu deputados, coronéis, comandante de Polícia foi preso, 12 coronéis do Piauí estão presos, até hoje, advogados de Campinas estão presos de novo, não foram soltos. A tentativa dos advogados é de desqualificar as testemunhas!

Se a Shirley disse alguma coisa de crédito ou não de crédito, não compete a nós, que temos o dever de investigar, que temos o dever de proteger as testemunhas, que aqui vieram e que aqui virão depor, não

competem a nós contribuir para que a desqualificação das testemunhas aconteça! Então, fico preocupado com a sua entrevista dada na Folha do Paraná, porque Vossa Excelência talvez, muito mais motivado pela revelação que o Machado deu, da primeira versão da fita, que a Shirley é meio tantã, não sei o quê, a Shirley pode ser qualquer coisa! Aliás, ela já é, ela é traficante, cometeu muitos delitos e está pagando. Se ela tem alguma informação relevante, compete a nós, da Assembléia investigar, ao Ministério Público e à Polícia.

Não posso fazer juízo de valor sobre as afirmações dela, nem sobre a vida dela, nem sobre o caráter dela. O meu papel, enquanto deputado estadual, é acolher a denúncia, ver se tem procedência e encaminhar para o Ministério Público. Aliás, ela deu um depoimento para a CPI Nacional. Se vou começar a denegrir a imagem de pessoas que vêm testemunhar aqui, aí vamos parar com isso, não adianta fazer mais nada!

Sabe porque falo tudo isso? Porque isso está servindo para este advogado, Luiz Alberto Machado, - conheço, respeito - não sei como teve coragem de vir fazer uma coisa dessas a meu respeito! Ele me conhece, sabe que não sou capaz disso, jamais iria fazer algo dessa natureza! Ainda bem que a Shirley já disse isso e o pior vai vir para o Machado, porque o que já descobriram é uma coisa enorme!

Concedo aparte ao deputado Chab.

#### **O Sr. Ricardo Chab**

Gostaria até, no sentido de explicar ao Plenário, que recebi uma fita cassete - aliás, de péssima qualidade - com perto de 2 minutos de uma gravação, lá na Rádio Cidade, na sexta-feira à noite. No sábado pela manhã, rodei apenas uma frase da fita, onde dizia que seria - não posso afirmar se é ou não é - a voz da traficante que o senhor se referiu no Plenário, a Shirley. E com aquela frase, ela desmoraliza a CPI, dizendo que falou porque prometeram a ela a liberdade.

Então, fiz o que manda a regrinha número um do jornalista: fui ver o outro lado. Fui no presídio - e aqui quero agradecer, inclusive à pessoa do secretário José Tavares, que franqueou o acesso da minha reportagem lá, no sábado à tarde. Difícil! No final da tarde tivemos acesso - uma vez que ela está na ala de segurança máxima -, lá na penitenciária feminina. Lá mostramos a fita a ela, fizemos com que ela ouvisse e ela, prontamente desmentiu: "Eu nunca falei isso! Isso é uma mentira deslavada, descabida!" E deu uma entrevista para o nosso repórter dizendo que manteria tudo aquilo que disse na CPI e que se tivesse tempo diria mais ainda. E correndo risco de vida! Ela até fez um pedido, uma solicitação pública, que está correndo risco de vida, ela teme pela vida dela, ela disse isso publicamente.

Então, o que é que eu fiz? Levei para o ar uma versão e a outra versão. Agora quero, inclusive até como informação para vossa pessoa, a Rede Bandeirantes de

Televisão achou por bem encaminhar estas fitas, tanto da entrevista que ela nos deu como daquela que chegou para nós, clandestinamente, que não sei de onde veio, para que o perito, Ari Fontana, que é o único perito que tem no Paraná, que faz este trabalho de identificação de voz. Segundo ele, a voz é um componente genético, ninguém fala igual, um tom de voz é diferenciado do outro, então dá perfeitamente, como se fosse a impressão datiloscópica, para saber se aquela fita foi montada onde ela tenta desmoralizar a CPI. Para saber se aquilo foi montado, e mais, se aquela voz é dela mesma.

Posso lhe dar essa resposta na próxima semana. Isso tudo para colaborar, porque penso que o papel da CPI, alguns criticam, foi a vassoura que estava faltando há muito tempo para dar uma limpadinha.

Muito obrigado!

#### **O SR. ÂNGELO VANHONI**

Era isso, senhor presidente. Muito obrigado!

#### **O Sr. Algaci Tulio**

Quero dizer que Vossa Excelência tem a minha solidariedade antecipadamente, se houver qualquer tentativa de algum processo.

Não li a matéria, não sei como foi comentada, mas também não vou dizer que a culpa é da imprensa, porque também sou jornalista e entendo que quando questionado, quem fala paga a responsabilidade de ter falado.

O que quis dizer à jornalista é que, a exemplo do Rafael que esteve aqui, a Shirley também conturbou. Uma hora fala uma coisa, outra hora outra. O senhor deve estar lembrado que, para ela vir depor na CPI, evidentemente deve ter sido feito uma negociação com ela. Ela criou um impasse entre os deputados e começou a fazer exigências a ponto de suspender a CPI para discutir com ela.

A entrevista que dei foi que ela conturbava, foi nesse sentido. Talvez uma colocação errônea da minha parte, me penitencio, até porque não foi mencionado o nome de ninguém. De forma alguma quero amenizar a pena daqueles que estão sob responsabilidade da CPI. Essa não é minha intenção.

Muito obrigado!

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Liderança da Oposição.

Concedo a palavra ao deputado Irineu Colombo.

#### **O SR. IRINEU COLOMBO**

Senhor presidente, senhora deputada, senhores deputados.

O Paraná viveu na tarde de ontem um momento de bastante inquietude, muita conversa, muita especulação. Essa inquietude começou pela manhã quando a informação do bastidor dava conta que informações importantes haviam chegado ao gabinete do deputado Nereu Moura trouxe as informações, nesta tribuna. Às 17 horas da tarde de ontem, o governador do Estado demite o

secretário de Segurança e anuncia a nomeação do ex-deputado José Tavares. A queda do Cândido Manuel Martins de Oliveira foi um momento de lucidez deste governo. As dificuldades eram extremas para se manter o secretário, que estava em rota de colisão com a CPI Nacional. As denúncias estavam se avolumando em torno da pessoa dele até que veio esse fato que ligava a participação em um churrasco junto com o indiciado, foragido Ricardo Noronha. E diga-se de passagem, ironia dos homônimos, um membro da CPI do Narcotráfico do Distrito Federal chama-se deputado Ricardo Noronha. Apenas para descontrair.

Vejam só, este fato saiu hoje na imprensa, dando dados de que o secretário havia pedido demissão. Gozado, o secretário pediu demissão exatamente depois da informação apresentada pelo deputado Nereu Moura aqui. Extrema coincidência!

Hoje passamos por um dia. Tive a oportunidade cumprimentar no corredor, o José Tavares. Nosso querido José Tavares, com sua simpatia costumeira. Sei da sua competência, sei da sua retidão e manifestei com ele algumas preocupações que queria dividir com este plenário. Manifestação de nós, Bancada da Oposição. O governo do Estado nas mãos do secretário José Tavares tem uma responsabilidade enorme neste momento, é um abacaxi tremendo reorganizar a Segurança Pública, repensar a forma como está colocada a política de Segurança Pública no Estado do Paraná. Foi anunciado, ontem, pelo deputado Caíto Quintana, que tem delegacias fechando, delegacias sem restauração, delegacia como o caso de Capanema, interditada pela Justiça. Problemas de contratação de delegados que nós denunciemos aqui. Foi feito concurso, portanto, tem que contratar. Não faça concurso apenas para arrecadar dinheiro para a empresa que promove o concurso. Tem que repensar, inclusive, numa política que está sendo adotada em vários Estado do Brasil que é a unificação da polícia. Unificação operacional para depois, num segundo passo, uma unificação formal em lei. Uma coisa que precisa ser pensada.

Enfim, o Estado tem que repensar a forma da questão de Segurança Pública. Digo mais, esse embalo em que o governador Jaime Lerner não está percebendo que tem que repensar a Segurança, porque ele está brilhante, porque pensou uma saída criativa? Não! Não é porque o secretário que saiu pensou uma proposta nova! Aliás, nunca pensou uma proposta de segurança, efetivamente no Estado do Paraná. Sempre trabalhou com conjunturas: Movimento Sem-Terra, ou o pessoal que ocupou a praça; o problema de manifestação com os professores. Sempre conjuntamente apresentava a resposta para a imprensa, jamais pensou uma resposta esquemática com relação ao narcotráfico, roubo de carro, etc. Nunca houve, neste governo, uma proposta de um plano de Segurança Pública neste sentido. Apenas conjuntamente, conforme a pressão de demanda de setores organizados do Estado.

Quero dizer, com este raciocínio, que essa demanda que o governador fez demitindo o secretário, é uma demanda empurrada pela sociedade paranaense. A sociedade está colocando em cheque a instituição Polícia Civil do Estado do Paraná. Sabemos que não é toda a instituição, mas a sociedade o está! Nós, da Oposição, sabemos e temos nomes já levantados pela CPI, pela CEI, dos policiais corruptos, dos delegados corruptos. Essa avalanche, esse embalo não pode ser pedido sob pena de perdermos uma oportunidade de ouro de arrumar a sociedade. Nós, efetivamente gostaríamos de acabar com todo traficante de frente de escola, do repassador de maconha, cocaína e o crak, que é uma coisa extremamente perigosa, o crak.

Acontece que a rede está no nível superior, que este nível superior é absoluta responsabilidade nossa.

Nesse embalo, empurrado pela sociedade, pela opinião pública, pela imprensa e por nós, deputados da Oposição, acho que nesse embalo devia tentar a CPI da Assembléia Legislativa. Não poderíamos perder esse embalo. Estou falando da credibilidade que tem na conjuntura o secretário de Segurança Pública, José Tavares, hoje, se o deputado José Tavares, nosso secretário chegasse a um delegado e falasse: “Delegado, eu tenho informações, um dossiê, que envolve o seu nome”. Ele tem toda autoridade formal e informal, impulsionado pela opinião pública, de pedir a este delegado, e o delegado vai aceitar passivamente o seu afastamento, o seu isolamento, colocar inclusive *sub judice* ou sob investigação da Corregedoria, coisa que o secretário anterior, Cândido Martins de Oliveira não tinha, todos os senhores sabem.

O secretário José Tavares nesse momento, para incrementar qualquer política nova de Segurança no Estado do Paraná, tem toda a liberdade e a credibilidade que lhe dá a opinião pública.

Todas as mudanças são bem-vindas. A família paranaense, não os deputados de Oposição. Nesse mesmo sentido, se instalássemos uma CPI nessa Assembléia, a CPI teria tamanha credibilidade, tamanha repercussão pública que de fato a Assembléia seria o centro de onde partiriam todas as denúncias, fruiriam as famílias pedindo socorro e nós poderíamos quem sabe, dar as respostas políticas, as respostas jurídicas que compete a uma CPI Estadual.

Queria dizer, nesse meu pronunciamento, que tanto o secretário como nós, instalando a CPI, teríamos absoluto apoio popular, absoluta credibilidade para fazer as mais profundas investigações e mudar, virar a página da polícia de Segurança Pública; veja que não estou falando de narcotráfico, estou falando de Segurança Pública que nós poderemos a ter a oportunidade histórica e conjuntural nesse momento.

Concedo com satisfação o aparte ao deputado Edgar Bueno.

**O Sr. Edgar Bueno**

Deputado Colombo, pretendo ressaltar aqui que a queda do secretário de Segurança Pública, Cândido Martins de Oliveira, foi uma queda muito macia, Vossa Excelência sabe porquê. Houve uma barganha lá atrás, quando o secretário abriu mão e um cargo vitalício no Tribunal de Contas em troca por um cargo importante no governo do Estado do Paraná, por isso esta queda macia, todo mundo sabe quem ocupou o cargo do então, secretário Cândido Martins de Oliveira, e criando a CPI nesta Casa é a certeza de que vamos dar respaldo ao ex-deputado Tavares para que ele faça um trabalho importante neste Estado.

Jogar agora que o governo agiu, que agora temos um secretário de Segurança competente, e que agora ele vai agir em favor da segurança da sociedade do Paraná, ora, essa conversa já ouvimos antes, a hipocrisia nasce daí, quando temos obrigação de aprovar essa CPI aqui nesta data histórica de hoje, de quê o governo tem medo? Do quê o governo se assusta? Se uma CPI pode ajudar esse próprio governo, e esse novo secretário para que faça uma limpeza na banda podre da polícia do estado do Paraná...

Ora, senhores deputados, hipocrisia nós estamos vendo aqui em muitas atitudes de cada um que tem se pronunciado e que tem procurado subterfúgios, os subterfúgios dos relatórios das CEIs e mais não sei do quê, para ir jogando isso com a barriga para frente.

#### O SR. IRINEU COLOMBO

Então, faço um apelo à Bancada da Situação para que pensem nesta possibilidade de criarmos uma CPI neste embalo da exigência pública e ao mesmo tempo gostaria de manifestar ao líder do Governo, Valdir Rossoni, que o pensamento da Oposição é que o novo secretário da Segurança Pública tem toda a credibilidade, tem as condições conjunturais históricas de fazer uma nova política de Segurança Pública.

Evidentemente, se ele tiver sucesso, não será só o governador Jaime Lerner que trará sucesso, mas toda a sociedade paranaense.

Portanto nós, da Oposição, desejamos sucesso na nova política de Segurança Pública, mas reafirmamos e queremos uma, duas ou mais assinaturas para instalar uma CPI para ajudar a construir esta virada de página na história do Paraná. Muito obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra a Liderança do Governo, deputado Valdir Rossoni.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, senhores deputados.

Acredito que nós, hoje, estamos vivendo uma sessão muito importante para o parlamento paranaense. E, quero fazer aqui uma recordação de um dia em que levantei uma Questão de Ordem ao ex-deputado Anibal Khury e ele, do alto da sua sabedoria, respondeu: “Isto é

uma questão de semântica”. E, venho aqui dizer aos senhores que o que estamos buscando neste momento é justiça. O caminho que vamos trilhar certamente não interessa.

Um grande líder chinês disse, certa oportunidade, que não importa a cor do gato, o que importa é que o gato coma o rato. O que quero dizer aos senhores é que o caminho que devemos seguir para fazer justiça é a palavra dita pelo ex-deputado Anibal Khury: “É uma questão de semântica”.

Se alguns pretendem trilhar o caminho da CPI, não quero aqui discutir esta questão porque é um ponto de vista defensável, agora, o requerimento que vamos propor a esta Casa de estendermos o prazo da Comissão Especial de Inquérito também é o caminho para nos levar à justiça ou alguém duvida que esta comissão já deu a sua contribuição para que fatos fossem apurados?

Esta comissão se transformou num braço da CPI Nacional, contribuiu para a CPI Nacional, para casos que todos nós ficamos aqui estarecidos ao ver que aconteciam dentro da nossa polícia!

Quero, com toda humildade, responder ao deputado Edgar Bueno. Dizer que é hipocrisia repetir aqui as medidas que foram tomadas, tenho certeza que não é a palavra ideal para a questão que estamos discutindo.

Ora, senhores parlamentares, o governador Jaime Lerner, desde o primeiro momento como o presidente da Assembléia Legislativa, estiveram à disposição da CPI Nacional e da Comissão Interna desta Casa.

Queria pedir aos senhores deputados que, sem nenhum constrangimento, podemos continuar dando autoridade e autonomia a esta comissão porque a justiça que ela está fazendo, que já fez e que continuará fazendo, certamente não será diferente de uma CPI. Se a CPI, numa eventualidade vier a descobrir fatos novos, a Comissão Especial também tem condições de apurar fatos novos. Se apurar fatos novos qual é a medida que deve ser tomada pela CPI? Encaminhá-la ao Ministério Público. Se apurada pela Comissão Especial de Inquérito será encaminhada ao Ministério Público. Então, o que interessa a nós, parlamentares que somos a maioria, e sempre foi a maioria que determinou o caminho que deve ser trilhado, é este o primeiro requisito a ser respeitado pela democracia. Temos que respeitar as minorias. Respeitamos seu posicionamento, mas queremos dizer, com certeza absoluta, de quem exigiu do governo todas as medidas mais duras que foram tomadas, como líder do Governo, tenho certeza absoluta de que nós, através da Comissão Especial de Inquérito, através do novo secretário de Segurança, através da credibilidade que tem o deputado José Tavares, que hoje veio a esta Casa e disse-nos: a Secretaria de Segurança está inteira à disposição, a partir do momento em que eu assumir a Secretaria, para apoiar esta Comissão Interna da Assembléia.

Ora, senhores parlamentares, acho que temos que acreditar nas instituições, porque se não acreditarmos nelas não queremos viver em democracia. Temos uma

CPI Nacional que está adiantada no seu trabalho. Esta CPI Nacional esteve no Paraná e já deu sua contribuição. Encaminhou ao Ministério Público uma vasta documentação para ser investigada, diga-se de passagem, com o apoio da Comissão Especial que temos constituída, nesta Casa. Tivemos, hoje, a presença do secretário Tavares, por determinação do governador Jaime Lerner, para dizer à comissão, aos senhores parlamentares, que ele respeita a decisão desta Casa; com CPI ou Comissão Especial, ele dará todo o apoio para que esta comissão logre êxito nas investigações e faça justiça! É o que o povo paranaense está esperando.

Então, para concluir minhas palavras, quero pedir aos deputados que votemos contrários ao requerimento de instalação de uma CPI, porque sem sombra de dúvidas, é importante que se analisem os fatos. Se votada a instalação de uma CPI, nesta Casa, vamos atrasar o trabalho da Comissão Especial de Inquérito, porque, ao votarmos favorável à instalação da CPI, vai começar a discussão interna, nos Partidos, para indicação dos senhores parlamentares de uma nova comissão. A partir do momento que esta nova comissão for constituída, não temos certeza se o deputado Vanhoni será o presidente e queremos que o deputado Vanhoni continue presidente da comissão, queremos que o deputado Ângelo Vanhoni continue como presidente da Comissão Especial de Inquérito desta Casa. Está aí a demonstração do governo, da Bancada do Governo, da maioria desta Casa, dando demonstrações que não tem nenhuma intenção de que as investigações não corram com naturalidade, que não venha a ser investigado qualquer caso, porque pela primeira vez na história desta Casa pedi a funcionários desta Casa se em alguma oportunidade tinha acontecido aqui que as minorias tinham tido a presidência de uma comissão tão importante como esta.

Senhores parlamentares, como já disse o governador Jaime Lerner hoje anunciou medidas importantes para a Segurança do Estado do Paraná. Temos hoje 3.077 policiais civis. Ele determinou hoje a contratação de mais 900 policiais, Quer dizer, mais 30%, será renovado o efetivo da Polícia Civil. O governador também determinou a compra de 500 veículos para a Polícia do nosso Estado. Poderia citar aqui o que já foi feito, que é, sem sombra de dúvida, um relatório digno de respeito, mas o que acho que basta para nós são as medidas que estão sendo tomadas. Reconhecemos aqui que a Polícia do Paraná precisa passar por uma mudança muito intensa e por isso o governador Jaime Lerner tomou as medidas que eram necessárias.

Quanto a questão, senhores parlamentares, de discutirmos aqui se é a CPI ou se é a Comissão Especial de Inquérito esta é uma questão de posicionamento político, e nós, discutindo com nossos companheiros, com vários parlamentares desta Casa, resolvemos por bem propor que se estenda o prazo desta comissão até o dia em que terminar a CPI Nacional, porque esta comissão continu-

ará sendo um braço importante das investigações que queremos no Estado do Paraná.

Conto, sinceramente, com o apoio e a compreensão dos senhores parlamentares para votarem favorável à nossa proposição e votarem contrário à proposição que certamente vai retardar os trabalhos que temos, que ao invés de retardar, intensificar, procurar ajuda do Ministério Público, procurar apoio da Secretaria de Segurança e ir fundo nesta questão para mostrar à população paranaense que não é questão do caminho que vamos trilhar, é onde vamos chegar, que é a investigação, que é a justiça, que é colocar na cadeia os maus paranaenses que não merecem andar no seio da nossa sociedade.

Muito obrigado, e era isso que queria dizer, senhor presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência registra a pedido dos deputados Ademir Bier, Tiago Amorim, Elio Rusch, Irineu Colombo, a presença do presidente da Câmara de Medianeira, vereador Elias Karer, bem como do presidente em exercício, vereador João Ulisses Nunes Correia. Sejam ambos bem-vindos a esta Casa.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Péricles Mello, constante do expediente, devidamente apoiado. **À Diretoria Legislativa.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 645/99, de autoria do deputado Tiago Amorim Novaes, que declara de Utilidade Pública a Associação de Amigos de Deficientes Audio-Visuais de Assis Chateaubriand, com sede e foro no município de Assis Chateaubriand. **Aprovado.**

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 002/2000, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Fundação (RE) Fazenda, com sede e foro no município de Londrina. **Aprovado.**

**ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 020/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tijucas do Sul, com sede e foro no município de São José dos Pinhais. **Aprovado.**

**ITEM 04**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 021/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública o Asilo de Velhos Lins de Vasconcellos, com sede e foro no município de Paranavaí. **Aprovado.**

**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 177/99, de autoria do deputado Elio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública, o Clube da Terceira Idade Sempre Unidos, com sede em Aurora do Iguaçu, município e comarca de São Miguel do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 420/99, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Mães e Amigos das Crianças Carentes de Nova Fátima, no município de Nova Fátima. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 015/2000, de autoria do deputado Elio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Pedro do Iguaçu, no município de São Pedro do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda. **Aprovada.**

**ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 043/2000, de autoria do deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Fundação Nossa Senhora de Fátima, com sede e foro na cidade de Cianorte. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 09**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 044/2000, de autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos Pró-Boqueirão - AAPB, com sede e foro na cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda. **Aprovada.**

**ITEM 20**

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 04/2000, de autoria da Comissão Executiva, que autoriza o senhor governador Jaime Lerner e a senhora vice-governadora Emilia Belinati, ausentarem-se do País. (Mercosul).

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/2000**

Art. 1º - Ficam autorizados o senhor Jaime Lerner governador do Estado, e a senhora Emilia de Salles Belinati, vice-governadora do Estado, ausentarem-se do País, até o dia 31 de dezembro de 2.000, com destino ao Paraguai, Argentina e Uruguai, quando no interesse da administração, venham ser necessárias viagens com destino a esses países, para tratar de assuntos referentes ao Mercado Comum do Sul - Mercosul.

Parágrafo Único - A cada afastamento de que trata o caput do artigo 1º, o senhor governador ou a senhora vice-governadora do Estado comunicará prévia e expressamente à Assembléia Legislativa.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16.03.2000.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

**Em votação.****O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, se não bastassem as constantes viagens do governador Jaime Lerner ao exterior o governador agora quer uma carta branca da Assembléia Legislativa, deseja uma autorização anual para viajar para os países do Mercosul. É evidente que o governador não terá por parte desta Assembléia nenhuma resistência para aprovar as suas viagens quando for a serviço, quando for a trabalho. É por isso que acho ruim, senhor presidente, darmos autorização definitiva para o ano todo, quando na verdade seria importante que o governador comunicasse essa Casa toda vez que ele pretenda se ausentar do Paraná para sabermos o que o governador está indo fazer, no Paraguai, na Argentina, enfim, nos países que compõem o Mercosul, de forma que votamos contra esse projeto de lei porque achamos que não há necessidade. Não custa o governador que tem uma assessoria eficiente toda vez que pretenda viajar ao Mercosul encaminhar uma mensagem aqui a essa Assembléia Legislativa justificando a sua viagem, dizendo para onde vai, porquê vai, enfim, dando explicações a essa Assembléia Legislativa para que possamos comunicar o povo do Paraná as constantes viagens do governador, não só ao Mercosul mas sobretudo viagens que ele costuma fazer pelo mundo a fora, o homem do mundo, o homem que gosta de viajar. Por isso, senhor presidente, nós da oposição votamos contra esse projeto de lei.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, estamos, aqui, revivendo o passado. Vou tentar usar de algumas palavras do antigo líder do PMDB. Lembro-me muito bem, daqui neste mesmo lugar, senão me falha a memória ou o deputado Rafael Greca ou o deputado Algaci Tulio, veio a esta Casa um pedido do senhor então governador Requião, para ele pedir uma autorização permanente de ausência em casos de viagens do Mercosul. Por que esse pedido permanente de viagens do Mercosul? Porque todos sabemos de que uma viagem ao Paraguai é o mesmo que ir ao Estado de São Paulo é uma questão de horas, duas ou três.

Quero pedir aos senhores parlamentares que entendam o posicionamento do líder do PMDB, mas que votemos favorável, autorizando o senhor governador a ter essa autorização permanente para as questões, principalmente, agora, que se intensificam as negociações com o Mercosul.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação.

Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Sobre a mesa, Requerimento nº 327, de autoria dos senhores deputados Edgar Bueno, Antonio Annibelli, Irineu Colombo, Nereu Moura, e demais senhores deputados, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, Para Discutir?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Se tivermos que discutir, vamos ter que adiar na forma regimental.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Exatamente.

O SR. ALGACI TULIO

Pela Ordem, senhor presidente!

(**Assentimento**)

O Regimento Interno da Casa em 2/3 e dezessete não dá 2/3. Com base em que Vossa Excelência está recebendo este requerimento, porque ao que me parece teríamos que ter dezoito assinaturas.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Artigo 36 do Regimento Interno da Casa: “À Assembléia, há requerimento de 1/3 de seus membros ou de qualquer um deles, individualmente, mediante deliberação do Plenário, instituirá Comissão Parlamentar de Inquérito, para apuração de fato determinado e por prazo certo, a qual terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei, nesse regimento”.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, ainda gostaria de questionar, prevalece o regimento da Casa ou prevalece a Constituição do Estado?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Constituição prevê dezoito assinaturas, para a constituição da CPI ponto pacífico. Qualquer número de deputados, a assinatura de qualquer um pode fazer um requerimento à Casa solicitando, que seja deliberado por 1/3 desta Casa, conforme o artigo 36, do regimento da Casa.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, deixa eu ler o artigo 62 da Comissão Estadual, § 3º: “As Comissões Parlamentares de Inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos pelo Regimento Interno da Assembléia, serão criadas mediante requerimento de 1/3 dos deputados, para apuração de fato determinado”. Portanto, a Constituição eliminou o individualmente do Regimento Interno. Ora senão vamos rasgar a Constituição. Entendo dessa maneira, senhor presidente. A Constituição eliminou, aqui, no artigo 36: “A Assembléia há requerimento de 1/3 de seus membros ou de qualquer um deles, individualmente, já não está mais na Constituição.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Constituição, deputado Algaci Tulio remete ao Regimento Interno as normas para a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, eu fiz o questionamento, estou fazendo a minha colocação, acho que a Constituição tem mais valor do que o Regimento Interno da Casa. Estamos aqui, a tarde toda, eu e o deputado Chab, procuramos entender a Constituição e o Regimento.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, como se trata de um requerimento, acho que o deputado Algaci Tulio faz uma confusão. Há uma relação que é levantada aqui que não existe, a Constituição determina qual o quórum para a instalação de uma CPI, nada mais, isso é igual ao Código Penal e o Código de Processo Penal.

O Regimento Interno diz qual o procedimento, respeitando, exatamente o artigo da Constituição. Por que diz isso? Porque apresentou um requerimento, se for votado em Plenário e a maioria absoluta, votar, evidentemente está suprimindo até com mais de 1/3. Porque o Regimento Interno é capaz de aprovar uma lei, uma reforma constitucional, por que não poderá aprovar e suprir um requerimento. Vossa Excelência está absolutamente certo em colocar o requerimento sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta Presidência também entende desta maneira. Continua com a palavra o deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Solicitando Questão de Ordem, para discutir adiando na forma regimental.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está adiado para a próxima sessão.

Requerimento nº 318, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 320, de autoria dos senhores deputados Orlando Pessuti e Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 321, de autoria do senhor deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 322 e 331, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 324 a 326 e 331-A, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 328 a 330, de autoria do senhor deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 330 e 637/99.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 015 e 044/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 440, 538, 540/99, 683/97 e 061/2000.

Levanta-se a sessão.

### Atos da Diretoria Geral:

O diretor geral da Assembléia Legislativa doo Estado do Paraná,

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 43/2000

mandar contar, para todos os efeito legais, em favor de LAERTES ANTONIO ALVES, matrícula nº 40219, fun-

cionário deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotadol na Portaria, nos termos do art. 129, inciso I, da Lei nº 6.174/70, o tempo de um (01) ano e nove (09) meses em que o mesmo prestou serviços à Secretaria de Justiça, período de abril de 1958 a dezembro de 1959, conforme documento anexo.

(Prot. nº 109/2000)

### PORTARIA Nº 44/2000

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de WILSON PENKA, matrícula nº 40031, funcionário desta Assembléia Legislativa sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Universitário N-64, lotado no setor das Comissões, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248 da Lei de nº 6.174/70 assegurado pelo parágrafo 3º, do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 116/2000)

### PORTARIA Nº 45/2000

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de DIRCE CARVALHO SILVA, matrícula nº 40457, funcionária desta Assembléia Legislativa, admitida em 02 de junho de 1984, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, nos termos do art. 129, inciso I, da Lei de nº 6.174/70, o tempo de dois (02) anos, um (01) mês e dois (02) dias, em que prestou serviços a Secretaria de Estado da Educação, período de 30 de março de 1981 a 30 de abril de 1983, conforme documento anexo.

(Prot. nº 078/2000)

### PORTARIA Nº 46/2000

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de WALTER KRAFT, matrícula nº 40556, funcionário deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo, nível 61, lotado no Setor do Patrimônio, o tempo de (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 108/2000)

Gabinete da Diretoria Geral, em 21.03.2000.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

## Atas das Comissões:

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA 3ª ATA ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de março de dois mil, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Edson Strapasson, Plauto Miró, Duílio Genari, Waldyr Pugliesi, Antonio Belinati, Serafina Carrilho, Cesar Seleme e mais os deputados Orlando Pessuti, Edgar Bueno e Tony Garcia. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Proposição-Veto nº 28/2000 de autoria do Poder Executivo que veta parcialmente o Projeto de Lei nº 633/99. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do deputado Cesar Seleme - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 177/99 de autoria do deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 043/2000 de autoria do deputado Edno Guimarães. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 612/99 de autoria do deputado Durval Amaral. CONCEDIDO VISTAS ao deputado Orlando Pessuti; 05) Projeto de Lei nº 015/2000 de autoria do deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL na forma da emenda anexa, do deputado Edson Strapasson - APROVADO; 06) Projeto de lei nº 044/2000 de autoria do deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL na forma da emenda anexa, do deputado Edson Strapasson - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 420/99 de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 08) Proposição-Veto nº 011/2000 de autoria do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 138/99 de autoria do deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do deputado Durval Amaral, lido pelo deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos

senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária da comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária

### COMISSÃO ESPECIAL

Aos quinze dias do mês de março de dois mil, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão Especial para apreciar o nome do doutor Marco Antonio Teixeira, indicado pelo governador do Estado, para ocupar o cargo de procurador-geral de Justiça, conforme o disposto no artigo 116, da Constituição Estadual. Os trabalhos foram abertos pelo deputado Nelson Justus, presidente da Assembléia Legislativa do Estado que mencionou os motivos da presente reunião, passando em seguida a Presidência do deputado Luiz Carlos Martins. A reunião teve as presenças dos senhores deputados Orlando Pessuti, Plauto Miró, Beraldin membros da comissão e dos senhores deputados Nelson Justus, presidente da Assembléia Legislativa do Estado, Hermas Brandão, primeiro secretário, Basílio Zanusso, José Maria Ferreira e Serafina Carrilho. Havendo número legal, o senhor presidente Luiz Carlos Martins abriu os trabalhos e passou a palavra ao doutor Marco Antonio Teixeira, que fez uma ampla explanação de sua vida pessoal e profissional. Em seguida o doutor Marco Antônio Teixeira foi inquirido pelos membros da comissão. O senhor presidente agradeceu as presenças das autoridades presentes e suspendeu os trabalhos da reunião. Reaberta a reunião, o senhor deputado Beraldin, relator indicado pela Presidência, apresentou Parecer FAVORÁVEL ao Projeto de Decreto Legislativo nº 03/00, de autoria da douta Comissão Executiva. Colocado em votação, o parecer foi aprovado de forma unânime. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu as presenças dos senhores deputados e encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu Severo Olímpio Sotto Maior, secretário da comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS - Presidente  
Severo Olímpio Sotto Maior - Secretário